RETRATOS DA VULNERABILIDADE DOS CATADORES



Osvaldo Adão Gabriel Singui

RETRATOS DA VULNERABILIDADE DOS CATADORES

Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA

Conselho Editorial

Abas Rezaey
Ana Maria Brandão
Fernado Ribeiro Bessa
Filipe Lins dos Santos
Flor de María Sánchez Aguirre
Isabel Menacho Vargas
Izabel Ferreira de Miranda
Leides Barroso Azevedo Moura
Luiz Fernando Bessa
Manuel Carlos Silva
Renísia Cristina Garcia Filice
Rosana Boullosa

Projeto Gráfico, editoração, capa
Editora Acadêmica Periodicojs

Idioma
Português

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Singui, Osvaldo Adão Gabriel
Retratos da vulnerabilidade dos catadores [livro eletrônico] / Osvaldo Adão Gabriel Singui. -- João Pessoa, PB : Periodicojs, 2026.
PDF

Bibliografia.
ISBN 978-65-6010-248-4

1. Catadores de lixo 2. Catadores de lixo - Aspectos sociais 3. Cidadania 4. Dignidade humana 5. Exclusão social 6. Inclusão social 7. Pobreza - Aspectos sociais 8. Sobrevivência 9. Vulnerabilidade humana I. Título.

26-405269.0 CDD-363.728

Índices para catálogo sistemático:

1. Catadores de materiais recicláveis : Bem-estar social 363.728

Camila Aparecida Rodrigues - Bibliotecária CRB - SP-010133/O



Filipe Lins dos Santos
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil
website: www.periodicojs.com.br
instagram: @periodicojs

Sumário

INTRODUÇÃO

6

Capítulo 1

RETRATOS DA PERIFERIA: O CATADOR FACE À VULNERABILIDADE, POBREZA E EXCLUSÃO NA MODERNIDADE

13

Capítulo 2

PERFIL DOS CATADORES

67

Capítulo 3

RETRATOS DO QUOTIDIANO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO KILAMBA

75

Considerações finais
147

Referências bibliográficas

161

INTRODUÇÃO



No coração das transformações que moldam as sociedades contemporâneas, a questão da vulnerabilidade social emerge como um fenómeno estrutural e multifacetado, expondo as fracturas profundas do tecido social.

Em África, e particularmente em Angola, estas fracturas são frequentemente alargadas por contextos de dependência económica, conflitos históricos e rápidos processos de urbanização nem sempre acompanhados de políticas públicas inclusivas. É neste cenário complexo que se insere o presente estudo, que se propõe a analisar o quotidiano e os desafios enfrentados pelos catadores de materiais recicláveis no município do Kilamba, um território que, apesar de sua arquitectura moderna e planeada, reflecte as contradições e desigualdades do país. Mais do que uma simples actividade de subsistência, a catação no Kilamba revela-se uma lente privilegiada para observar as dinâmicas de exclusão e as estratégias de sobrevivência nos interstícios da cidade.

Para compreender a dimensão desse fenómeno, é imperativo contextualizá-lo no quadro mais amplo da crise económica que assola Angola desde meados da década de 2010, fortemente impactada pela queda abrupta do preço do petróleo no mercado internacional. Esse choque externo desencadeou uma recessão profunda, com consequências nefastas para a população, evidenciando a fragilidade de uma economia pouco diversificada. A retracção do Estado, o aumento do desemprego, a inflação galopante e a perda

do poder de compra corroeram as bases da classe média emergente e empurraram vastas camadas da população para uma condição de pobreza acentuada.

O empobrecimento das famílias, outrora com alguma estabilidade, tornou-se uma realidade palpável, forçando muitos a buscar no mercado informal, e em actividades como a catação de materiais recicláveis, uma alternativa desesperada para a sobrevivência diária. Esse movimento de "descida social" massifica o exército de trabalhadores informais e escancara a insuficiência das redes de protecção social.

É precisamente nesse ponto que a análise se alinha com os postulados da sociologia do mal-estar social. Autores clássicos e contemporâneos, ao debruçarem-se sobre as patologias da modernidade, ajudam-nos a interpretar a situação dos catadores não como uma condição natural, mas como um sintoma agudo de um mal-estar colectivo. Esse mal-estar manifesta-se na experiência quotidiana da precariedade, na ausência de perspectivas de futuro, no sentimento de inutilidade social e na erosão dos laços de pertença e dignidade. O indivíduo, ao ser lançado à margem dos processos produtivos formais e do consumo, vivencia uma forma de sofrimento social que transcende a mera carência material, atingindo a sua subjectividade e auto-estima. A figura do catador no Kilamba corporifica esse sofrimento: é o sujeito que habita a cidade invisível, que sobrevive do que a sociedade descarta, e cuja existência é

um testemunho silencioso das promessas não cumpridas de progresso e bem-estar.

Assim, ao propor um olhar sobre o quotidiano e os desafios desses trabalhadores, esta pesquisa não pretende apenas documentar uma realidade, mas sim compreender as engrenagens sociais, económicas e simbólicas que perpectuam a sua vulnerabilidade. No município do Kilamba, símbolo de um projecto de modernidade e habitação para a "nova" classe média, a presença dos catadores ao redor e no interior da sua lógica de consumo e descarte revela a coexistência paradoxal entre o desenvolvimento planeado e a exclusão real. Através de suas vozes e experiências, buscaremos desvelar as estratégias de resistência, as redes de solidariedade informal e as profundas carências de reconhecimento e cidadania que marcam a vida daqueles que, na adversidade, constroem o seu lugar na urbe.

Sendo assim, este livro pretende compreender o quotidiano e os desafios enfrentados pelos catadores de materiais recicláveis no município do Kilamba, analisando como a crise económica angolana e o consequente empobrecimento das famílias reconfiguraram essa actividade, bem como as experiências vivenciadas por esses sujeitos se articulam com as dimensões da sociologia do mal-estar social.

É de realçar que todo o livro carrega consigo uma motivação, uma centelha inicial que justifica a sua produção. No caso da presente obra as razões que movem a

sua escrita são múltiplas, profundas e entrelaçam dimensões científicas, sociais, académicas e pessoais.

No plano científico, podemos ver que em Angola, os estudos sobre o sector informal são frequentemente dominados por abordagens economicistas ou estatísticas, que quantificam o fenómeno, mas raramente captam a sua complexidade humana e subjectiva. Especificamente sobre a catação de materiais recicláveis, a produção académica é ainda incipiente. Este trabalho pretende colmatar essa lacuna ao propor um olhar qualitativo e aprofundado, ancorado na sociologia do mal-estar social. Ao fazê-lo, contribui para o desenvolvimento de um campo de estudos que articula pobreza, trabalho informal, sofrimento social e espaço urbano no contexto angolano, oferecendo um quadro analítico que poderá ser replicado ou adaptado a outras realidades do pais.

Já no plano social, podemos ver que os catadores de materiais recicláveis constituem uma das parcelas mais invisibilizadas e estigmatizadas da população. Vivem e trabalham em condições de extrema precariedade, contribuindo silenciosamente para a limpeza urbana e para a sustentabilidade ambiental, sem que o seu trabalho seja devidamente reconhecido ou valorizado. Ao dar voz e expor as dificuldades, estratégias e anseios desses sujeitos, esta pesquisa pretende contribuir para a sua visibilidade social, fornecendo assim subsídios importantes para a formulação de políticas públicas mais eficazes e humanizadas, que

promovam a inclusão social, a geração de renda e o reconhecimento da actividade dos catadores de materiais recicláveis como um trabalho digno.

A pesquisa foi feita através da observação participante, que ocorreu em diferentes pontos do município do Kilamba que despertaram atenção do investigador (junto aos contentores, nas zonas de comércio, nos possíveis locais de triagem ou habitação). O pesquisador acompanhou o quotidiano dos catadores de materiais recicláveis, criando uma relação de confiança que permitia observar as dinâmicas de forma mais natural. O recurso ao diário de campo foi essencial para registar situações, conversas informais e impressões.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas a uma amostra não probabilística de 15 catadores de materiais recicláveis em situação de vulnerabilidade (a amostra foi definida por saturação teórica). O guião da entrevista foi estruturado com base nos eixos temáticos das questões científicas: trajectória de vida, motivos que os levaram à catação, rotina diária, rendimentos, sonhos e percepção sobre o futuro.

O material recolhido foi submetido a uma análise de conteúdo, que permitiu organizar e categorizar o discurso dos entrevistados em torno de temas centrais que emergem dos dados (categorias emergentes) ou que são definidos à luz do quadro teórico.

Por se tratar de uma população em situação de

vulnerabilidade, os cuidados éticos são redobrados. Foi garantido o anonimato dos participantes, a utilização de Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, e uma postura de respeito e empatia, evitando qualquer forma de revitimização ou exposição desnecessária.

A presente obra está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se as reflexões sobre resíduos sólidos, vulnerabilidade e o trabalho informal. Já o segundo capítulo traz uma reflexão sobre o perfil do catador. Finalmente, o terceiro capítulo apresenta os retratos do quotidiano dos catadores de materiais recicláveis.

Capítulo 1

RETRATOS DA PERIFERIA: O CATADOR FACE À VULNERABILIDADE, POBREZA E EXCLUSÃO NA MODERNIDADE



Tendo em conta a situação vivenciada pelos catadores, objecto de estudo desta pesquisa, iremos discutir neste capítulo os conceitos de vulnerabilidade, pobreza e exclusão social que norteiam e fundamentam de forma profunda a abordagem pretendida neste trabalho.

Conceituando a categoria catador

A análise sociológica da contemporaneidade urbana no Sul Global, e de forma flagrante no cenário angolano, encontra na fricção social e territorial em torno dos resíduos sólidos um dos seus mais nítidos e cruéis espelhos de desigualdade. No cerne dessa engrenagem dinâmica e contraditória move-se o catador de materiais recicláveis, um actor social cuja sobrevivência diária se ancora justamente naquilo que a sociedade de consumo decreta como obsoleto, descartável e destituído de valor de troca. Para a construção de uma obra que se propõe a desenhar os retratos da vulnerabilidade, conceituar essa categoria exige, preliminarmente, descolar o olhar do mero determinismo económico ou da vitimização passiva, compreendendo a catação como um sintoma estrutural do capitalismo periférico tardio, caracterizado pelo desemprego crónico, pela segregação socioespacial e por uma cidadania cronicamente interrompida. A actividade de recolha, triagem e comercialização de materiais descartados acompanha de forma indelével as metamorfoses das aglomerações humanas

e a própria evolução dos modos de produção e acumulação de capital. Como bem sinalizava Karl Marx (1996) em suas reflexões fundamentais sobre o processo de produção capitalista, o sistema engendra constantemente resíduos de produção e de consumo que, sob determinadas condições de saturação ou escassez material, são reintroduzidos no ciclo de acumulação, transformando o desperdício em capital constante adicional por meio do dispêndio de força de trabalho externa. Antes do advento da industrialização massiva, a escassez de recursos determinava que o descarte fosse mínimo, mas, nas cidades europeias dos séculos XVII e XVIII, já se registava a presença de agentes dedicados à recuperação de resíduos urbanos, como os célebres chiffonniers franceses, que constituíam uma corporação informal de extrema importância para as manufacturas da época. Com a Revolução Industrial no século XIX e a subsequente explosão demográfica urbana no Norte Global, o lixo transbordou a capacidade de absorção das municipalidades, fazendo emergir os vastos lixões a céu aberto nas franjas de Londres e Paris, cenários de exclusão absoluta imortalizados pela literatura realista da época. Na segunda metade do século XX, a introdução em escala planetária dos polímeros sintéticos e a consolidação da ideologia do consumo descartável alteraram o metabolismo das cidades de forma irreversível. Enquanto as economias centrais industrializadas e tecnologicamente avançadas automatizaram progressivamente os seus sistemas de

saneamento, transferindo a triagem para cadeias integradas, os países do Sul Global — assolados por processos de urbanização acelerada desprovidos de uma correspondente industrialização geradora de empregos formais — viram explodir a catação informal como um nicho imediato de refúgio económico para massas humanas desprovidas de terra e de capital.

Em Angola, a trajectória histórica da catação de materiais recicláveis está umbilicalmente subordinada à história político-militar do país e ao colapso do tecido produtivo rural decorrente da Guerra Civil que assolou o território entre 1975 e 2002.

Ressalta-se que ordenamentos territoriais pós-independência das principais cidades angolanas reproduziam de forma geométrica a segregação colonialista, caracterizada por uma "cidade asfáltica" modernizada, dotada de serviços de limpeza pública centralizados, circundada por musseques em progressiva expansão onde a população nativa sobrevivia destituída de infraestruturas sanitárias básicas. Com o acirramento do conflito armado no pós-independência, o país testemunhou um êxodo rural massivo, forçando milhões de cidadãos a abandonar as províncias do interior em direcção ao litoral, transformando Luanda na grande caixa de ressonância e refúgio desse fluxo demográfico incontrolável. Foi nesse contexto de saturação populacional, desestruturação económica e proliferação de assentamentos informais precários que o lixo acumulado nas

esquinas e nas linhas de água passou a ser percebido pelas famílias deslocadas como um recurso economicamente explorável, consolidando a catação como uma estratégia extrema de sobrevivência biológica. A história recente da gestão de resíduos na capital angolana confunde-se com a própria história e saturação do Aterro Sanitário dos Mulenvos, localizado no município de Viana, espaço que passou a operar como o epicentro geográfico da exclusão e da subsistência material de milhares de indivíduos que passaram a habitar o seu entorno, disputando diariamente o lixo despejado pelos camiões das operadoras de limpeza pública para extrair manualmente metais pesados, papelão e plásticos. Nas últimas duas décadas, as sucessivas crises macroeconómicas e cambiais enfrentadas pelo país, especialmente a partir do ano de 2002-2014, associadas a tentativas institucionais de controlo do acesso ao aterro de Viana, forçaram uma descentralização espacial drástica da actividade. Como bem aponta Cristina Udelsmann Rodrigues (2006) na sua investigação sobre estratégias de sobrevivência em Luanda, o catador deixou de ser um actor confinado às periferias profundas ou ao lixão e passou a colonizar visual e economicamente a totalidade do espaço público luandense, cruzando as centralidades urbanas e os bairros nobres em busca de materiais recicláveis.

Essa mutação socioespacial ganha contornos de indiscutível relevância teórica quando analisamos a centralidade do Kilamba em particular. Inaugurada em

2011 pelo então Presidente da República, José Eduardo dos Santos, o projecto habitacional emblemático da modernização do pós-guerra angolano, a Cidade do Kilamba, foi projectado para albergar o funcionalismo público e a classe média ascendente, oferecendo um padrão de consumo e organização urbanística de matriz ocidentalizada, pretensamente isolado das carências estruturais que definem os musseques tradicionais da periferia de Luanda. No entanto, ao concentrar milhares de apartamentos habitados por famílias com considerável poder de compra, o Kilamba converteu-se no maior polo gerador de resíduos de alto valor comercial da província, descartando volumes massivos de garrafas de plástico do tipo polietileno tereftalato, caixas de cartão de bens electrodomésticos, latas de alumínio e embalagens de vidro. Essa densidade de descarte transformou a centralidade do Kilamba numa potente centralidade atraente para as populações altamente vulneráveis que habitam as suas franjas geográficas imediatas, como os assentamentos periurbanos e rurais remanescentes do Bita e de Vila Flor. O catador que opera no Kilamba desenvolve uma rotina cansativa quotidiana ou semanal, deslocando-se por longas distâncias a pé ou utilizando transportes colectivos informais, os candongueiros, para alcançar os contentores do enclave residencial. Ali, ele realiza a triagem minuciosa dos descartes, enfrentando frequentemente a arquitectura hostil da centralidade e os mecanismos de segurança

pública e privada excluem as populações historicamente vulneráveis dos espaços urbanos requalificados.Como documenta Singui (2023) na sua abordagem sobre Jovens Migrantes no Mercado de Trabalho Informal em Luanda: O Caso dos Roboteiros, o Kilamba funciona, desse modo, como um laboratório vivo da desigualdade territorial no país, onde o desperdício gerado pela classe média urbana garante, por intermédio da catação informal, a reprodução biológica imediata de famílias excluídas dos circuitos formais de rendimento e emprego. Essa dinâmica tenciona os limites da segregação, uma vez que a Cidade do Kilamba pode ser interpretada teoricamente a partir do conceito de enclave fortificado cunhado por Caldeira (2000), configurando um espaço residencial de alta classe média que ergue barreiras invisíveis, mas severas, contra as classes populares circundantes, gerando uma constante vigilância espacial que busca afastar os catadores, vistos como corpos dissonantes que corrompem a pretendida estética higienista e a ordem social planejada para o condomínio.

Para além da apreensão visual empírica desse fenómeno nas ruas do Kilamba e de Luanda, torna-se sociologicamente imperativo fixar as fronteiras conceituais que delimitam a categoria e responder cientificamente à questão sobre quem são, efectivamente, estes trabalhadores. O catador de materiais recicláveis deve ser definido como o sujeito laboral que actua de forma autónoma, informal ou associativa na recolha, transporte, triagem e comercialização

de resíduos sólidos urbanos que possuem valor de mercado para a reinserção em cadeias produtivas industriais secundárias. É fundamental apartar essa definição da categoria de mendicidade ou indigência, uma vez que o mendigo subsiste por meio da transferência passiva de excedentes por via da caridade, enquanto o catador extrai o seu sustento do dispêndio activo de sua própria força de trabalho física, operando como um elo precarizado da cadeia de valor da reciclagem. Longe de constituírem um bloco homogéneo, os catadores em Luanda e no Kilamba revelam uma acentuada heterogeneidade sociodemográfica atravessada por clivagens de género, idade e origem étnico-regional que complexificam os seus retratos de vulnerabilidade. A actividade é predominantemente exercida por uma juventude masculina e itinerante, composta por migrantes internos oriundos de províncias fustigadas por secas severas e pela estagnação da economia camponesa, os quais possuem a resiliência física necessária para puxar carroças improvisadas ou carregar fardos volumosos por jornadas laborais extenuantes. Paralelamente, constata-se a presença dramática de mulheres, chefes de famílias monoparentais, nas zonas fixas de triagem, que se dedicam à recolha de plásticos e vidros — materiais de menor valor unitário — operando frequentemente na companhia de seus filhos menores devido à ausência absoluta de redes públicas de apoio à infância nos musseques periféricos onde residem. Como adverte Clarice e Filho (2021) em suas análises sobre

factores determinantes do trabalho infantil, essa carência infraestrutural culmina na inserção precoce de crianças e adolescentes no circuito perigoso do lixo, comprometendo severamente a sua frequência escolar e perpetuando o ciclo intergeracional de pobreza e exclusão. A vulnerabilidade de género que se manifesta nesse cenário é profundamente debatida por Silva, Oliveira e Silveira (2021), que evidenciam como as mulheres catadoras sofrem uma dupla penalização na base da informalidade, enfrentando não apenas a severidade das intempéries urbanas e o estigma social, mas também uma divisão desigual do trabalho que as confina aos materiais de menor rentabilidade económica, restando-lhes os maiores riscos à saúde reprodutiva e a sobrecarga do cuidado familiar transposto para o espaço dos lixões e das calçadas. Essa precarização existencial é ampliada quando se considera a falta de suporte institucional e de redes de solidariedade formais, uma realidade também diagnosticada por Singui (2025) ao descrever como o isolamento atomizado dos trabalhadores informais impede a consolidação de uma frente coesa de reivindicação dos seus direitos trabalhistas.

A evolução dessa categoria e a sua incorporação no espaço público global são marcadas pela necessidade urgente de teorizar sobre as barreiras estruturais da economia colonial que ainda persistem no Sul Global. A emergência massiva dessa categoria laboral em Angola não pode ser compreendida de forma isolada, figurando como

o resultado directo e mecânico do desemprego estrutural que caracteriza o modelo económico rentista adoptado pelo país no período do pós-guerra, uma dinâmica interpretada criticamente por Carlos Lopes (2021) ao discutir as armadilhas do crescimento económico periférico em África que não se traduz em desenvolvimento humano ou distribuição de renda. A economia angolana estruturou-se de forma hiperconcentrada em torno do enclave petrolífero, um sector intensivo em capital e tecnologia de ponta, mas que emprega uma percentagem ínfima da população activa nacional, demandando qualificações técnicas que o sistema de ensino público não consegue fornecer à juventude marginalizada das periferias urbanas. Esse fenómeno de exclusão e saturação do mercado de trabalho informal pode ser magistralmente iluminado pelas formulações conceituais de Santos (1979) sobre os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. Segundo o mesmo autor, coexistem nas metrópoles o circuito superior, intensivo em capital, tecnologia e integrado aos fluxos globais, e o circuito inferior, intensivo em mão de obra, flexível e operando como uma rede de sobrevivência para as massas despossuídas. A catação de resíduos em Luanda e na periferia do Kilamba situa-se nas franjas mais desprotegidas do circuito inferior, funcionando como um escoadouro humano para a força de trabalho excedente que foi sumariamente afastada de qualquer circuito de acumulação formalizada. Com taxas de desemprego juvenil

que ultrapassam, historicamente, a barreira dos cinquenta por cento nas grandes cidades angolanas, e diante da retracção crónica dos sectores tradicionais na absorção de mão de obra não qualificada, a catação informal de materiais recicláveis consolidou-se como uma resposta limite. Essa actividade actua hoje como a última barreira de protecção socioeconómica, operando contra a indigência total ou a cooptação dos jovens pelo circuito da criminalidade violenta. No entanto, embora o catador de materiais recicláveis actue de forma pretensamente independente e autónoma na base do tecido urbano, ele encontra-se subordinado a uma cadeia globalizada de valor capitalista profundamente assimétrica e espoliadora. Esse nexo global-local é amplamente discutido por Saskia Sassen (2010) em suas teses sobre a sociologia da globalização e a proliferação das dinâmicas de expulsão económica nas grandes cidades globais e megacidades do Sul. Sassen argumenta que o capitalismo contemporâneo opera expulsando massas de trabalhadores de seus territórios de origem e de seus postos formais de subsistência, criando uma classe global de excluídos que sobrevive de forma precária nas frestas do sistema financeiro e urbano, prestando serviços essenciais e invisíveis que mantêm o funcionamento das grandes metrópoles. O catador assume individualmente todos os riscos ocupacionais da actividade, incluindo infecções por vectores biológicos, lesões músculoesqueléticas severas e cortes por materiais perfurocortantes, mas retém a menor

fracção do ganho financeiro gerado pela reciclagem. Ele vende o produto de sua colheita diária por preços irrisórios estabelecidos unilateralmente por intermediários e atacadistas informais, os quais revendem o material concentrado a grandes indústrias de transformação, que reinserem o plástico e o alumínio em ciclos de produção de novas mercadorias ou preparam os metais pesados para a exportação para mercados internacionais.

A despeito dessa condição de extrema vulnerabilidade e exclusão jurídica, o papel desempenhado pelo catador no metabolismo do contexto urbano contemporâneo é de uma importância sistémica incomensurável, actuando como um verdadeiro serviço sombra de saneamento e sustentabilidade ambiental que as municipalidades falham em prover. Nas cidades angolanas, onde os planos governamentais de gestão de resíduos sólidos falham cronicamente em implementar sistemas de recolha selectiva na fonte residencial ou comercial, o catador informal constitui o único agente real de separação e desvio de materiais recicláveis antes de sua destinação final. Sob a perspectiva estritamente ambiental, a acção quotidiana desses trabalhadores prolonga de forma significativa a vida útil do Aterro Sanitário dos Mulenvos e de outras lixeiras municipais controladas, economizando milhões de kwanzas ao erário público que teriam de ser despendidos na expansão física e na engenharia de solos para confinamento de resíduos volumosos. Além disso, a actividade exerce uma

função preventiva crucial face aos recorrentes desastres de inundação urbana que assolam Luanda durante as épocas de chuvas torrenciais, uma vez que o entupimento de macrovalas de drenagem por garrafas plásticas descartadas de forma irregular figura como o principal factor desencadeador de cheias catastróficas que destroem habitações e ceifam vidas humanas nos musseques. Ao extrair continuamente esses plásticos dos canais de água, das praias da Ilha de Luanda ou das valas que margeiam as centralidades, os catadores operam como uma barreira ecológica não remunerada que protege os ecossistemas e a infraestrutura urbana da metrópole. Sob a dimensão socioeconómica, a catação actua como um potente amortecedor da pobreza e da fome crónica na base da pirâmide social, injectando liquidez imediata nas economias populares dos musseques por meio do dinheiro obtido na venda de recicláveis, que é imediatamente direccionado para a compra de bens alimentares de subsistência nos mercados informais. No plano macroeconómico, o fornecimento regular de matéria-prima secundária de baixo custo por parte dos catadores reduz a dependência das indústrias nacionais em relação à importação de insumos virgens estrangeiros, poupando divisas cambiais escassas e garantindo a manutenção de postos de trabalho formais no sector manufactureiro do país.

As pesquisas recentes conduzidas por Cristina Marchia, Carla Monique Azevedo do Sacramento e

Laysce Rocha Moura (2018) aprofundam a denúncia sobre as condições de trabalho e as múltiplas opressões vivenciadas pelos catadores nas grandes cidades do Sul Global, chamando a atenção para a persistência de um racismo ambiental e de uma segregação de classe que naturalizam a exposição desses trabalhadores aos detritos biológicos e químicos mais perigosos sem qualquer amparo do direito do trabalho. Do mesmo modo, Rocha et al. (2024) lançam luz sobre a urgente necessidade de se construir metodologias de escuta qualitativa e cartografias da vulnerabilidade que dêem voz a esses sujeitos laborais, rompendo com a sua invisibilização histórica nas estatísticas oficiais e nos discursos teóricos tradicionais. Neste sentido, torna-se imperioso traçar caminhos teóricos e práticos que apontem para a superação dessa condição de exclusão, compreendendo que a vulnerabilidade não é uma essência ontológica imutável da categoria, mas sim uma construção social passível de transformação política e institucional. A superação do isolamento e da espoliação sofrida pelo catador em Luanda e no Kilamba passa obrigatoriamente pelo fomento governamental e civil à transição para modelos de associativismo e cooperativismo autogestionários, inspirados directamente nas formulações teóricas de Paul Singer (2002) sobre a economia solidária. Singer assevera que a economia solidária surge como uma alternativa revolucionária e humanista ao modo de produção capitalista excludente, assentando-se nos pilares

da auto-gestão, da propriedade colectiva dos meios de produção, da cooperação mútua e da justa distribuição dos excedentes gerados. A aplicação dos preceitos de Singer (2002) à realidade dos catadores de Luanda e do Kilamba permitiria transformar a catação atomizada, precária e concorrencial de rua numa actividade económica organizada e dignificada por meio de cooperativas, em que os trabalhadores adquirem colectivamente poder de barganha frente aos intermediários e assumem o controlo dos galpões de triagem, processamento e comercialização directa com as grandes indústrias recicladoras. O Estado angolano, por intermédio das administrações municipais e dos ministérios da tutela ambiental e da acção social, necessita de reformular as suas directrizes estratégicas de saneamento, abandonando posturas puramente higienistas ou punitivas de criminalização da catação de rua para instituir políticas públicas de inclusão socioespacial assentes no conceito de Pagamento por Serviços Ambientais, o que implicaria a obrigatoriedade legal de os consórcios privados contratados para a limpeza pública das centralidades integrarem formalmente os catadores locais em suas redes operacionais, fornecendo-lhes salários base regulados, equipamentos de protecção individual e condições dignas de higiene ocupacional. Sendo assim, podemos dizer que os retratos da vulnerabilidade revelam que a emancipação dessa categoria esbarra na própria negação dos direitos mais básicos de cidadania, face à alarmante ausência de

registo civil e bilhetes de identidade entre muitos destes indivíduos, o que os invisibiliza perante as estatísticas do Estado e os exclui de programas nacionais de transferência social monetária como o Kwenda. Promover campanhas integradas de massificação do registo civil e identificação, garantir o acesso universal ao Sistema Nacional de Saúde e dignificar o estatuto laboral do catador constituem, portanto, imperativos éticos e políticos inadiáveis para a construção de uma Angola dotada de uma cultura política genuinamente inclusiva, democrática e sustentável.

VULNERABILIDADE, POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

Navegar em torno do conceito de exclusão social significa adentrar um campo de extrema complexidade teórica e empírica, dadas as múltiplas dimensões, sobreposições e polissemias que a categoria acarreta no debate das ciências sociais contemporâneas. Torna-se imperativo, logo de início, realçar que a abordagem desse fenómeno não constitui uma novidade histórica ou um subproduto exclusivo da contemporaneidade.

A exclusão, enquanto dinâmica de diferenciação, segregação e afastamento, esteve presente nos agrupamentos humanos desde os tempos mais remotos da organização societária. Mecanismos de ostracismo, banimento, estigmatização de minorias e apartação socioeconómica

pontuam a história das civilizações, revelando que a definição de quem pertence e de quem é empurrado para as margens é um processo constitutivo das estruturas de poder.

Contudo, apesar dessa persistência histórica, o termo "exclusão social" e o seu significado teórico preciso afirmaram-se com particular destaque e centralidade analítica no decurso do século XX, e mais especificamente nas últimas décadas desse período. Esse ressurgimento e consolidação conceitual operaram-se como fruto directo das profundas transformações estruturais, económicas e culturais que varreram as sociedades ocidentais, com grande impacto na vida quotidiana e nas trajectórias de sobrevivência dos indivíduos.

As transições nos modelos de acumulação capitalista, a reestruturação produtiva global, a crise do emprego industrial clássico e a reconfiguração dos papéis de protecção do Estado não apenas alteraram as dinâmicas de produção, mas acentuaram severamente os níveis da exclusão social e da pobreza. Essas mutações incidiram de forma incisiva e destrutiva no seio das populações mais vulneráveis, entre as quais sobressaem os trabalhadores que operam nas franjas da informalidade, com particular destaque para os catadores de resíduos sólidos urbanos.

Nessa perspectiva de análise, Wanderley (2001) salienta com propriedade que a noção de exclusão social se tornou dolorosamente familiar no quotidiano das mais

diferentes sociedades contemporâneas, perdendo qualquer barreira geográfica ou de nível de desenvolvimento. A autora adverte que a exclusão não deve ser mal interpretada como um fenómeno que atinge de forma exclusiva ou isolada os chamados países pobres ou em vias de desenvolvimento. Pelo contrário, na viragem do milénio, ela sinaliza o destino excludente de parcelas crescentemente maioritárias da população mundial, um contingente humano que se vê privado das garantias básicas de cidadania.

Esse processo civilizacional excludente é alimentado quer por severas restrições e barreiras impostas pelas transformações do mundo do trabalho — que exigem competências cada vez mais selectivas e reduz a necessidade de força de trabalho fabril tradicional — quer por situações estruturais decorrentes de modelos económicos globais de cariz neoliberal que geram desigualdades absurdas e obscenas na qualidade de vida, no acesso aos bens públicos e na distribuição da riqueza socialmente produzida.

Ainda sob essa rica linha de pensamento, Paugam (1996) realça que foi mais precisamente a partir dos anos 90 do século XX que uma nova noção — a de exclusão — passou a protagonizar de forma hegemónica o debate intelectual, sociológico e político na Europa e, posteriormente, no Sul Global. O autor argumenta que, se actualmente a esmagadora maioria dos problemas sociais, das periferias urbanas às novas formas de marginalidade, são apreendidos, categorizados e discutidos através dessa

noção, é preciso ver aí um duplo movimento analítico.

Por um lado, reflecte o resultado empírico e objectivo da degradação generalizada do mercado de emprego, que se manifestou de forma particularmente violenta e destrutiva no início daquela década. Por outro lado, traduz uma evolução profunda nas representações colectivas, nas sensibilidades políticas e nas próprias categorias de análise sociológica, que começaram a perceber que os velhos conceitos da sociologia das classes sociais já não bastavam para explicar a ruptura total dos laços sociais que muitos indivíduos experimentavam.

Como se pode observar a partir desse mapeamento inicial, a densidade e a complexidade que envolvem a análise da abordagem da problemática da exclusão social obrigam, de forma inegociável, à sua rigorosa contextualização no tempo e no espaço. Para que ocorra uma real e profícua compreensão sociológica desse fenómeno, não se pode tratá-lo como uma abstracção universal e estática. A exclusão social, a pobreza e a vulnerabilidade manifestam-se de formas distintas consoante as coordenadas geo-históricas onde se instalam, exigindo do investigador um esforço de articulação entre as grandes teorias de matriz eurocêntrica e as especificidades históricas, institucionais e coloniais que desenham os cenários de exclusão nas realidades do Sul Global, como é o caso marcante da realidade urbana e periférica de Luanda.

Para compreender a génese do debate

contemporâneo sobre a exclusão social, torna-se obrigatório efectuar uma análise minuciosa de como esse fenómeno se estruturou nos países centrais, habitualmente designados como de "primeiro mundo". A análise da exclusão nessas realidades geográficas obriga, necessariamente, a que se tome como ponto de partida o acirramento da crise do chamado Estado-providência (Welfare State) ao longo dos anos 80 do século XX, em estreita articulação com as transformações radicais em curso no mundo do trabalho.

A confluência desses dois factores está na origem directa daquilo que a literatura sociológica clássica convencionou chamar de "crise da sociedade salarial". Nessas formações sociais, o emprego formal estável e protegido por direitos associados à segurança social funcionava como o principal cimento de integração do indivíduo na comunidade. A perda de centralidade e a erosão desse modelo laboral colocaram a emergência do desemprego estrutural de longa duração e a precarização profunda das relações de trabalho como os problemas centrais e fracturantes dessas sociedades modernas avançadas.

É precisamente nesse hiato de protecção estatal e laboral que surge e ganha direito de cidade um novo conceito teórico: o de "nova pobreza". Esse termo foi cunhado pela sociologia europeia para designar um perfil social inédito até então: os desempregados de longa duração que, devido à obsolescência tecnológica e à reestruturação industrial,

vão sendo expulsos de forma sistemática e irreversível do mercado produtivo, ao lado de contingentes de jovens que, apesar de possuírem níveis de escolaridade historicamente elevados, não conseguem entrar no mercado de trabalho, vendo-se impedidos do acesso ao fundamental "primeiro emprego".

Ou seja, o que choca os analistas sociais dessa conjuntura é o facto de que essas novas camadas da população atingidas pela degradação social eram anteriormente consideradas perfeitamente aptas para o trabalho, socializadas nos valores da produtividade e plenamente adaptadas às exigências da vida social moderna. Elas não eram marginais crónicos ou indivíduos com disfunções comportamentais; eram cidadãos comuns que se tornaram vítimas directas das flutuações da conjuntura económica global e da crise estrutural de emprego.

Assim sendo, os indivíduos rotulados como "excluídos" na terminologia académica e política dos anos 90 não representam um fenómeno residual, uma franja estatística menor ou uma situação temporária e passageira que o livre mercado se encarregaria de corrigir através do crescimento económico. Pelo contrário, tratava-se — e trata-se ainda hoje — de contingentes populacionais crescentes, estruturais e permanentes que simplesmente não encontram, nem encontrarão no curto ou médio prazo, qualquer lugar ou função útil no mercado produtivo formalizado.

É partindo rigorosamente dessa conjuntura

histórica e económica que Martins (apud Samba, 2018) constrói uma das leituras mais contundentes sobre a natureza do modo de produção contemporâneo. O autor entende e demonstra que o capitalismo na sua fase actual de acumulação predominantemente financeira e altamente tecnológica está a criar, a uma velocidade sem precedentes, uma grande massa de "população sobrante". Essa população não constitui sequer aquilo que Karl Marx denominava na sua obra clássica como "exército industrial de reserva" — uma massa de desempregados temporários cujo objectivo era pressionar os salários dos operários activos para baixo e que seria reabsorvida em momentos de expansão económica. Na fase actual do desenvolvimento económico global, essa massa humana tem pouca ou nenhuma hipótese de ser de facto reincluída ou reabsorvida pelos padrões vigentes de produção, transformando-se num contingente de seres humanos cuja própria existência económica se torna supérflua para as necessidades do capital.

Aprofundando e conferindo uma densidade dramática a essa linha de pensamento, Castel (2010) reforça que esse autêntico drama social da produção de "sobrantes" decorre directamente das novas e implacáveis exigências de competitividade, produtividade extrema e concorrência global que caracterizam os mercados contemporâneos. A redução drástica das oportunidades de inserção e a destruição sistemática dos postos de trabalho que outrora garantiam uma subsistência digna fazem com que, literalmente, não

haja mais lugar para todas as pessoas na sociedade onde nos resignamos a viver.

A sociedade contemporânea, sob a égide da eficácia económica a qualquer custo, passa a conviver de forma apática com a realidade de indivíduos que são economicamente inúteis para o processo produtivo maioritário. É neste exacto cenário de desprotecção e esvaziamento das garantias laborais que se instala a vulnerabilidade: uma condição intermédia de fragilidade social em que o sujeito, embora ainda mantenha laços precários ou informais com a sobrevivência, perdeu todas as suas defesas institucionais e estabilidades económicas, encontrando-se numa rampa deslizante que o conduz, de forma quase inevitável, em direcção à exclusão social e à desfiliação definitiva.

Para apreender o fenómeno da exclusão social na sua totalidade, torna-se necessário avançar para além dos indicadores puramente económicos de rendimento e emprego, adentrando a dimensão simbólica, cultural e identitária que esse processo acarreta. Segundo a perspectiva de Xiberras (1996, apud Guerra), as formas mais visíveis, chocantes e violentas do processo de exclusão social não se esgotam na fome ou na ausência de abrigo, mas residem fundamentalmente na rejeição activa e sistemática do indivíduo para fora das representações normalizantes que estruturam a sociedade moderna avançada.

O autor constrói uma crítica arguta ao modelo de

civilização contemporâneo ao referir que, numa sociedade secularizada onde o modelo antropológico e cultural dominante continua a ser, de forma indiscutível, o do Homo Economicus, a principal e mais sagrada norma de integração consiste na capacidade de participar activamente na troca material, de consumo e simbólica generalizada. Sendo assim, o mercado deixa de ser apenas um espaço de transacções de mercadorias para se transformar no grande validador da dignidade humana: todos aqueles que recusam, ou que são estruturalmente incapazes de participar nas dinâmicas de produção e de consumo do mercado, serão logo percebidos, catalogados e tratados como excluídos sociais.

Sob essa óptica de análise, a pobreza e o desemprego são ressignificados por Xiberras não como meros acidentes de percurso macroeconómico, mas como vectores gémeos de rejeição social e existencial. A pobreza é vista pelo autor como a incapacidade radical do indivíduo de participar activamente no mercado de consumo, ou seja, de aceder aos bens, serviços e signos que a sociedade exibe como marcas de sucesso e pertença. Por sua vez, o desemprego realça a incapacidade de o sujeito participar no mercado de produção, retirando-lhe a utilidade social e o estatuto identitário conferido pelo trabalho profissionalizante.

Estes dois elementos (pobreza e desemprego), se bem que operem de formas distintas e excluam diferencialmente os sujeitos do mercado, devem ser

considerados como processos profundamente similares na sua mecânica íntima e na sua consequência final: ambos agem rejeitando os homens e as mulheres para fora daquilo que a sociedade moderna detém de mais invejável, protegido e valorizado, que é a esfera dos bens de consumo e dos privilégios económicos associados ao sucesso individual.

Nessa primeira grande perspectiva teórica sobre a exclusão, Xiberras ressalta com veemência que o núcleo duro do fenómeno reside na ruptura do laço económico que liga fielmente, ou de forma normativa, os actores sociais ao modelo de sociedade. É de realçar que todas as esferas da sociedade moderna parecem estar submetidas a esses níveis, patamares ou limites estritos de normalidade que definem, em respostas institucionais e sociais automáticas, um insucesso em relação à norma estabelecida. Ora, a tese central do autor é a de que esses insucessos cumulativos em relação à normalidade social não são meras consequências da exclusão; eles parecem ser constitutivos dos próprios processos de exclusão social.

Ainda segundo o autor acima citado, as outras formas de exclusão sublinham, exactamente da mesma forma, uma rejeição violenta para fora das demais representações normalizantes da sociedade moderna. Existe na modernidade toda uma série de normas implícitas e explícitas, de níveis mínimos de performance a atingir em quase todas as dimensões da existência humana, aquém dos quais os indivíduos simplesmente deixam de parecer

habilitados ou autorizados a participar do modelo normativo comum. Estamos a falar daquilo que o senso comum e os discursos institucionais dominantes definem como sendo o "bem", o "belo", o "conveniente", o "adequado" ou o "competitivo".

Essa análise profunda leva-nos a entender, sem margem para dúvidas, que a exclusão social transcende substancialmente a dimensão da carência material ou da pobreza monetária. Ela configura-se, fundamentalmente, como uma forma de interdição simbólica baseada em padrões arbitrários de "normalidade". Ao instituir socialmente ideais omnipresentes de beleza estética, de moralidade comportamental, de estabilidade familiar e de produtividade laboral extrema, a modernidade cria filtros selectivos e invisíveis que deslegitimam de imediato quem não atinge tais metas de performance ou quem exibe marcas corporais, geográficas e culturais discordantes. Assim, o indivíduo que por qualquer motivo foge ao padrão idealizado é rotulado pelas instituições e pelos seus pares como inapto, disfuncional ou indesejado, perdendo de forma gradual ou abrupta o direito ao pleno reconhecimento social e à empatia colectiva. A exclusão é, portanto, o mecanismo estrutural que isola a alteridade e a diferença para preservar, de forma intocada, a hegemonia de um modelo social profundamente elitista, individualista e competitivo.

A partir desta rica perspectiva, Xiberras reforça que a exclusão social não pode ser interpretada como um

acidente fortuito de percurso na biografia de um sujeito, ou como uma falha moral individual, mas sim como um produto estrutural e necessário de uma sociedade que condiciona a pertença e a aceitação social ao sucesso e à performance individual. Ao transformar normas contingentes de comportamento, de estética e de eficácia económica em requisitos obrigatórios de sobrevivência moral, todas as esferas sociais — da escola ao mercado, passando pelos espaços públicos e bairros residenciais — passam a operar como autênticos tribunais quotidianos de "normalidade". O insucesso em atingir esses patamares elevados deixa de ser encarado como uma falha pessoal remediável para se tornar o gatilho sistémico da exclusão definitiva. Assim, a marginalidade social é alimentada continuamente pela incapacidade congénita do sistema moderno em acolher e valorizar a diferença humana, convertendo qualquer desvio do padrão ideal numa sentença informal de invisibilidade social e de morte civil.

O autor vai ainda mais além na sua anatomia da exclusão ao realçar que este fenómeno penetra as camadas mais profundas e íntimas do ser humano, ao aplicar normas rigorosas de desempenho em todas as frentes da vida.

- Na esfera educativa e escolar, o insucesso académico ou a impossibilidade de acesso aos diplomas de prestígio rotulam precocemente o indivíduo como intelectualmente inapto ou

desqualificado para o mercado técnico.

- Na esfera das relações familiares e afectivas, a incapacidade económica de manter laços estáveis ou de prover a reprodução do lar segundo os padrões de consumo vigentes gera o isolamento afectivo e a desestruturação das redes de parentesco.
- Na esfera intrapessoal e psicológica, que é onde o processo atinge o seu requinte mais severo e destrutivo: o sujeito, exposto continuamente ao bombardeamento dos discursos de auto-ajuda e meritocracia, acaba por internalizar o fracasso social como se de uma culpa sua se tratasse. O indivíduo perde a auto-estima elementar ao constatar que não consegue corresponder ao "ideal de si próprio" projectado pela sociedade. A exclusão social culmina, assim, na desintegração dolorosa da identidade, onde o sujeito se sente um estranho a si mesmo, despido de valor intrínseco e privado de agência histórica.

Partindo de pressupostos teóricos semelhantes no que toca à análise da ruptura gradual dos laços sociais e comunitários, Paugam (2003) defende que a exclusão social não deve ser analisada como um estado estático, uma fotografia fixa ou uma situação de tudo-

ou-nada, mas sim como um processo dinâmico, contínuo e cumulativo de fragilização dos laços sociais. Esse processo pode, eventualmente, levar à ruptura completa e à marginalização total, mas atravessa estágios e fases perfeitamente diferenciadas ao longo do tempo. Na sua obra teórica, o autor identifica três dimensões fundamentais daquilo que denomina como o processo de desqualificação social, dimensões essas que operam de forma intimamente articulada e dialéctica:

DIMENSÃO DA DESQUALIFICAÇÃO	MECANISMO CENTRAL	MANIFESTAÇÃO EMPÍRICA
1-Desqualificação Relacional	Ruptura da reciprocidade social e perda de reconhecimento pelos pares	Estigma quotidiano, descriminação activa, em espaços públicos e transportes, e isolamento comunitário
2-Desqualificação Institucional	Invisibilidade civil e ausência de mediações e protecção por parte do Estado.	Falta de direitos laborais, exclusão de políticas públicas de saúde/ habitação e desregulamento da actividade.
3-Desqualificação Identitária	Internalização do olhar depreciativo da sociedade e das instituições na psique do sujeito.	Sentimento vergonha, crise profunda de baixa auto-estima e desinvestimento radical no futuro.

As três dimensões descritas por Paugam não evoluem necessariamente de forma simultânea ou paralela na biografia de um indivíduo. Um sujeito pode, por exemplo, encontrar-se profundamente desqualificado no plano institucional (como acontece com milhões de trabalhadores informais no Sul Global que estão desprovidos de quaisquer direitos laborais ou protecção do Estado), mas manter, em contrapartida, laços relacionais e comunitários extremamente fortes e protectores no âmbito da família, da igreja ou da vizinhança solidária. A exclusão plena e devastadora ocorre precisamente quando essas três dimensões se conjugam, se alimentam mutuamente e se sobrepõem no tempo, produzindo aquilo que Robert Castel designa como um estado de desfiliação social.

Analisando a problemática das populações mais desfavorecidas nas grandes metrópoles africanas, e tendo em conta as dimensões conceptuais apresentadas por Paugam, pode afirmar-se com segurança que, na primeira dimensão — a da desqualificação relacional — os catadores de materiais recicláveis que operam na cidade de Luanda sofrem um profundo, diário e violento processo de exclusão. No tecido quotidiano da capital angolana, esses indivíduos são sistematicamente desumanizados e tratados através do rótulo estigmatizante de "sujos", "loucos" ou "marginais".

A sua simples presença física nos espaços urbanos qualificados gera reacções de repulsa e medo socializado. Não é raro que moradores e comissões de moradores

de alguns dos condomínios fechados e bairros nobres da capital acionem de imediato as forças policiais ou empresas de segurança privada apenas por avistarem estes trabalhadores a revolver os contentores de lixo em busca de materiais recicláveis. São frequentemente expulsos de forma agressiva das proximidades de áreas comerciais, hotéis e centralidades urbanas.

Mesmo no âmbito dos transportes públicos colectivos, por excelência da cidade, os célebres e densos candongueiros, os catadores são recorrentemente recusados pelos motoristas e cobradores ou são obrigados a viajar na parte traseira do veículo, isolados e separados dos demais passageiros, sob o pretexto de que as suas roupas e o odor do seu material de trabalho perturbam o conforto dos restantes utentes.

Para Paugam (2003), a desqualificação relacional expressa-se com particular crueza na ruptura radical do princípio sociológico da reciprocidade. O catador de Luanda, mesmo quando está a prestar um serviço ambiental de valor incalculável para a saúde pública e para a sustentabilidade da cidade ao retirar toneladas de resíduos plásticos, vidros e metais da via pública, reduzindo a sobrecarga crónica sobre os contentores municipais e alimentando a cadeia económica da reciclagem, não obtém qualquer tipo de reconhecimento social ou económico como um actor útil. Pelo contrário, a sociedade envolvente percebe-o e representa-o como um incómodo estético, uma falha na paisagem urbana ou uma

ameaça directa à segurança dos bens.

Essa ausência absoluta de reconhecimento social é particularmente dolorosa e destrutiva quando inserida numa matriz cultural como a angolana. Na sociedade angolana, as redes tradicionais de solidariedade alargada, os laços familiares e as interacções de vizinhança ao nível do bairro constituem, historicamente, o principal pilar de sustentação psicológica e social do indivíduo. Ao ser privado deste acolhimento e ao ser estigmatizado no seu próprio espaço de vivência, o catador de resíduos experimenta a condição existencial de se tornar um autêntico "estranho" deambulando dentro da sua própria comunidade.

No que concerne à segunda dimensão postulada por Paugam, a da desqualificação institucional, ela manifesta-se de forma particularmente evidente, estrutural e violenta no cenário urbano de Luanda. Os catadores de materiais recicláveis não são reconhecidos pelo Estado angolano e pelas suas instâncias formais como trabalhadores legítimos. Até à data, regista-se uma ausência total de legislação laboral específica que regule, proteja ou dignifique a sua actividade económica, bem como a inexistência de programas públicos efectivos de inclusão socioeconómica ou de criação de cooperativas apoiadas pelo erário público.

As instituições estatais que, por mandato constitucional, deveriam zelar pela sua protecção, saúde e inserção — tais como o Ministério do Ambiente, as Administrações Municipais e os Serviços Nacionais de

Saúde — comportam-se na sua prática quotidiana como se esse contingente populacional fosse invisível ou inexistente. O catador não possui qualquer lugar ou inscrição nas políticas públicas de habitação, de emprego ou de protecção social básica.

Nesse sentido, pode afirmar-se que a desqualificação institucional na realidade angolana é tanto mais perversa quanto mais silenciosa se apresenta. O Estado e as suas forças de segurança não necessitam de perseguir activamente ou criminalizar formalmente todos os catadores nas ruas; basta-lhes a aplicação de uma sistemática e deliberada política de indiferença, ignorando a sua existência, as suas mortes por contaminação, os seus acidentes de trabalho e a sua velhice desamparada. Essa indiferença institucional e essa ausência de registo civil e laboral constituem, na perspectiva de Paugam, a forma mais pura e violenta de exclusão e violência simbólica, uma vez que o Estado retira a esses sujeitos o estatuto básico de sujeitos de direitos.

Quanto à terceira e última dimensão do modelo — a desqualificação identitária — embora seja a mais complexa e difícil de documentar de forma empírica através de indicadores quantitativos, ela revela-se como a mais decisiva e fatal para a reprodução intergeracional dos fenómenos de exclusão social na periferia de Luanda. Após anos seguidos de exposição contínua ao estigma relacional violento nas ruas e à indiferença institucional e burocrática

do Estado, muitos catadores de resíduos em Luanda acabam por sucumbir ao peso da opressão simbólica, interiorizando profundamente a ideia depreciativa de que eles próprios são equivalentes ao material que recolhem: vêem-se como "lixo", "restos", "sobras" ou "pessoas sem qualquer valor" na hierarquia social da cidade.

Segundo as análises de Paugam (2003), essa interiorização destrutiva da desqualificação identitária manifesta-se empiricamente através de várias estratégias de sobrevivência psicológica e psicossocial no quotidiano dos catadores luandenses, entre as quais importa destacar:

- As Práticas de Auto-ocultamento Identitário: Esse fenómeno manifesta-se de forma clara naqueles catadores que fazem esforços logísticos e financeiros hercúleos para evitar, a todo o custo, circular ou ser vistos dentro do seu próprio bairro de residência com as roupas, sacos ou instrumentos associados ao trabalho de cata. Muitos preferem carregar diariamente mudas extras de roupa e despender longos períodos de tempo à procura de locais discretos para se trocarem antes de regressar a casa, preferindo passar vergonha perante os vizinhos por exibirem uma "má aparência" ou estarem desempregados a serem identificados publicamente como trabalhadores do lixo.

- A Crise de Auto-estima e a Evasão Verbal: Manifesta-se na dificuldade e recusa psicológica em pronunciar a palavra "catador" quando interrogados por terceiros ou por investigadores sobre a sua ocupação laboral. O sujeito recorre sistematicamente a eufemismos evasivos e defensivos, tais como "faço apenas uns biscates", "estou a ajudar na reciclagem" ou "apanho uns plásticos para sobreviver", demonstrando como a identidade profissional associada à cata é vivenciada como um estigma indigno de ser verbalizado em público.
- O Desinvestimento Radical no Futuro e a Paralisia da Agência: A ausência prolongada de qualquer perspectiva de mobilidade social ascendente e a violência quotidiana da realidade geram uma perda total de crença na possibilidade de alteração das suas condições materiais de vida. Isso leva muitos catadores a abandonarem qualquer planeamento de longo prazo: deixam de procurar cursos de formação profissional, desistem de efectuar pequenas poupanças financeiras e, num dos aspectos mais trágicos do fenómeno, deixam de investir ou de acreditar na escolarização dos próprios filhos como via de libertação económica.

Esse desinvestimento no futuro, importa sublinhar em termos teóricos, não decorre de uma tendência natural, biológica ou cultural subjacente a esses indivíduos (como defendem erradamente as teorias conservadoras da "cultura da pobreza"), mas sim de uma resposta psicológica adaptativa e defensiva face a uma realidade social e urbana que, a cada minuto, lhes envia o sinal inequívoco de que não são merecedores de uma vida digna.

Como se pode observar a partir desse quadro, para Paugam a desqualificação identitária representa o estágio mais avançado, consolidado e perigoso do processo de exclusão social. Isso deve-se ao facto de que ela rouba ao indivíduo a sua última trincheira de resistência: a capacidade de se perceber e de se auto-definir como um agente consciente e legítimo da sua própria biografia e do seu destino colectivo. Uma vez que a vergonha social e a indignidade são plenamente internalizadas na psique do sujeito, o catador corre o risco de se tornar um cúmplice involuntário e paralisado da sua própria exclusão. Ele deixa de reivindicar direitos fundamentais, abstém-se de denunciar os abusos físicos e económicos de que é vítima nas ruas e demonstra uma extrema dificuldade em organizar-se em estruturas colectivas de resistência ou de contestação política contra a ordem que o oprime.

Embora o quadro analítico e conceitual edificado por Serge Paugam se revele de uma utilidade heurística inegável para mapear as dimensões da degradação social,

torna-se criticamente necessário que a sociologia angolana reconheça que a inserção histórica e urbana de Luanda introduz especificidades estruturais profundas que o modelo original francês — moldado pela realidade europeia do final do século XX — simplesmente não possui capacidade de captar na sua totalidade. Se o modelo de Paugam for aplicado de forma acrítica e mecânica à realidade angolana, ele pode induzir o investigador a um grave erro de perspectiva: o de sugerir que os catadores de Luanda "caíram" recentemente numa situação de exclusão social a partir de uma posição anterior de integração, quando, na verdade, a análise histórica demonstra que esses contingentes humanos nunca estiveram integrados em qualquer sistema de protecção formalizado.

Dessa forma, torna-se imperativo teorizar três especificidades fundamentais que reconfiguram o debate sobre a exclusão no cenário luandense:

Especificidade Estrutural	Manifestação Empírica em Luanda	Limitação do Modelo Eurocêntrico
1. Informalidade Generalizada como Regra e não Excepção	A cata e os serviços informais sustentam a maioria da população activa na periferia urbana.	O modelo de Paugam assume a exclusão como uma "queda" marginal de uma sociedade maioritariamente assalariada.
2. Fraca Densidade e Sufocamento das Organizações Colectivas	Fragilidade do associativismo operário e comunitário dos catadores devido ao controlo histórico.	O modelo assume a existência de uma sociedade civil vibrante capaz de reverter a desqualificação.
3. Herança da Colonialidade e Planeamento Urbano Segregado	Concentração da miséria e do lixo nos musseques periféricos frente à "cidade de asfalto".	O modelo ignora as clivagens de raça e a continuidade do racismo estrutural pós-colonial.

No que concerne à primeira especificidade — a informalidade generalizada e estrutural — é crucial apontar que Paugam desenvolveu as suas teses sociológicas tendo como pano de fundo a França dos anos 1990. Ou seja, uma sociedade industrial e pós-industrial madura, onde a esmagadora maioria da população activa possuía, historicamente, acesso garantido ao mercado de trabalho formalizado, a contratos estáveis e a robustos sistemas públicos de protecção social geridos pelo Estado. Naquele contexto europeu, o desempregado de longa duração ou o trabalhador precário representava uma ruptura da norma, uma excepção infeliz a um sistema integrado.

Na realidade urbana de Luanda, em total contraponto, a economia informal não constitui uma franja marginal ou um desvio temporário; ela é a regra absoluta, o motor económico e a matriz de sobrevivência que sustenta a esmagadora maioria da população activa. Os catadores luandenses que recolhem resíduos nos contentores urbanos não são sujeitos que foram "excluídos" de um mundo laboral formal e integrado que antes os acolhia; eles constituem a parte mais desprotegida e visível de um vasto, denso e complexo universo de trabalhadores informais — onde se misturam as vendedoras ambulantes (zungueiras), os operadores de moto-táxis (kupapatas), os carregadores (roboteiros) e os pequenos artesãos — que nunca, ao longo das suas biografias ou das biografias dos seus antepassados, conheceram a formalidade jurídica, o salário mínimo

garantido ou as coberturas da segurança social estatal.

Portanto, a desqualificação institucional em Luanda não pode ser lida como uma falha temporária, um mau funcionamento pontual ou uma disfunção correctiva das instâncias de protecção do Estado; a invisibilidade institucional e a ausência de direitos laborais são, estruturalmente, o próprio modo de funcionamento do sistema político e económico vigente, que depende da existência dessa massa de trabalho desregulada e ultra-barata para garantir a reprodução das elites e a limpeza básica da cidade sem custos contratuais para o Estado.

A segunda especificidade prende-se com a fraca densidade e o histórico sufocamento das organizações colectivas e das estruturas da sociedade civil na realidade angolana. O modelo sociológico de Paugam sugere de forma optimista que a superação da desqualificação identitária e a reconquista da auto-estima social por parte dos excluídos passam, necessariamente, pela sua inserção em movimentos de organização colectiva, tais como sindicatos de trabalhadores, associações de moradores de base e partidos políticos de contestação.

Contudo, no contexto de Luanda, o associativismo popular e a organização comunitária autónoma apresentam-se historicamente frágeis, fragmentados e desprovidos de recursos materiais e jurídicos. Esse cenário é o resultado directo de décadas de um ambiente de centralização e desconfiança política herdado do período de guerra civil e de

modelos de governação que, durante muito tempo, olharam com suspeição para qualquer forma de mobilização social que emergisse fora dos canais oficiais do partido governante ou das estruturas estatais centralizadas.

Consequentemente, o catador de resíduos em Luanda encontra-se privado desse colchão organizacional e político de acolhimento. A sua luta pela sobrevivência diária e a sua vivência da exclusão social processam-se de uma forma infinitamente mais atomizada, isolada e solitária do que aquilo que se regista em contextos urbanos europeus ou mesmo em realidades latino-americanas (como o Brasil, onde os catadores ergueram um poderoso movimento nacional com forte capacidade de pressão legislativa e identitária). Em Luanda, a solidão política do catador agrava severamente a profundidade da sua desqualificação identitária, uma vez que ele enfrenta o estigma das ruas desprovido de uma voz colectiva que valide a dignidade da sua profissão.

A terceira e mais profunda especificidade diz respeito à incontornável dimensão pós-colonial e à persistência da colonialidade do poder e do saber na estruturação do espaço urbano luandense. O macroaterro sanitário de Mulenvos, bem como as lixeiras a céu aberto que pontuam as periferias da capital angolana não constituem apenas espaços de degradação ecológica ou locais de trabalho precário surgidos ao acaso da industrialização contemporânea; eles são territórios densamente marcados

por uma pesada herança colonial que nunca foi devidamente desmantelada.

O planeamento urbano executado pela administração colonial portuguesa ao longo do século XX foi estruturado com base numa lógica de segregação racial e de classe explícita: edificou-se uma "cidade de asfalto" moderna, dotada de infraestruturas, saneamento, recolha de resíduos e serviços públicos de qualidade destinada à elite colonial branca e à burocracia assimilada, enquanto a esmagadora maioria da população autóctone negra foi empurrada para as margens geográficas, fixando-se nos chamados musseques periféricos, territórios historicamente desprovidos de quaisquer serviços básicos de gestão de resíduos ou de planeamento urbanístico.

A exclusão social contemporânea experimentada pelos catadores em Luanda é, em grande parte, a continuidade histórica e a reactualização dessa colonialidade urbana. Embora as elites políticas tenham mudado após a independência nacional em 1975, a estrutura macrocefálica e desigual da cidade tendeu a perpetuar-se e a agravar-se sob o influxo do crescimento demográfico desordenado e do capitalismo periférico.

Os corpos dos catadores — esmagadoramente negros, empobrecidos e oriundos das migrações internas provocadas pelo longo conflito armado nas províncias — continuam a ser socialmente associados, na representação das elites e das classes médias urbanas de Luanda, à sujidade,

à descartabilidade biológica e à invisibilidade ontológica que marcavam os habitantes dos musseques no período colonial. O lixo da cidade continua a ser empurrado para as periferias onde residem os mais desfavorecidos, e aqueles que retiram o seu sustento desse lixo são submetidos a uma forma de racismo estrutural interno e de discriminação de classe que naturaliza a sua miséria como se fosse uma condição inerente à sua própria natureza.

Portanto, a incorporação dessas três especificidades não visa, de modo algum, invalidar a riqueza conceitual de Paugam, mas sim exigir que o seu modelo seja dialecticamente adaptado e submetido a uma rasura crítica pós-colonial. Em Luanda, a exclusão social dos catadores de resíduos sólidos não pode ser compreendida como um processo recente de "desfiliação" ou de perda de direitos a partir de uma era de ouro de integração; ela constitui uma ferida estrutural, uma herança de exclusão e uma violência sistémica que deita as suas raízes no passado colonial e que nunca foi efectivamente revertida pelas políticas de desenvolvimento do Estado independente.

Frente às limitações heurísticas que o termo "exclusão social" começou a manifestar no debate sociológico — muitas vezes por ser utilizado pelas instâncias políticas como um rótulo estático que isolava os indivíduos da dinâmica macroeconómica — Robert Castel, na sua obra basilar As Metamorfoses da Questão Social (1995), propôs uma viragem de paradigma fundamental.

O sociólogo francês defendeu a necessidade de substituir o termo puramente descritivo de "exclusão" pelo conceito eminentemente dinâmico e processual de desfiliação social.

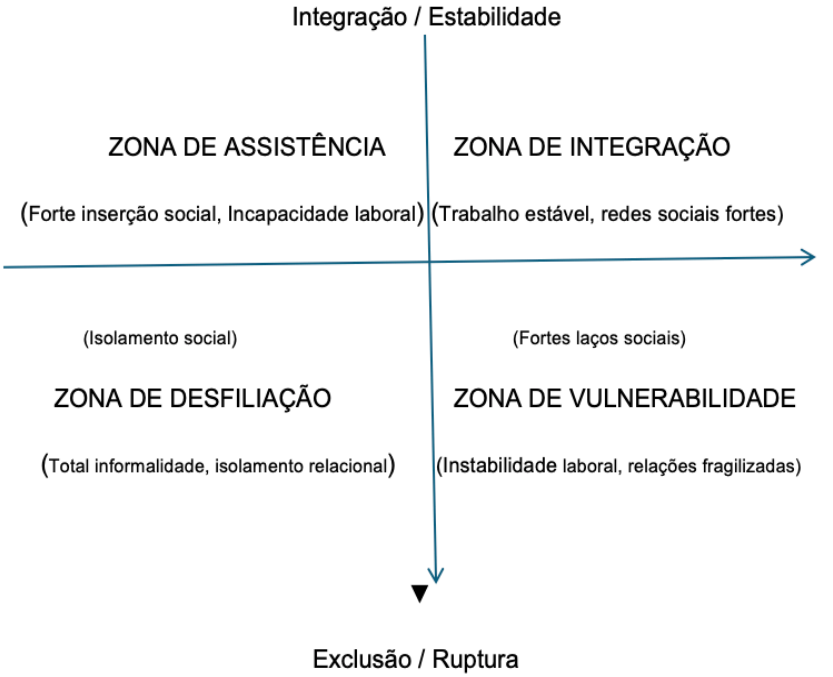
Para Castel, a desfiliação não representa em caso algum um estado final consolidado, um diagnóstico médico-social estático ou uma situação de isolamento absoluto que ocorre fora da sociedade. Pelo contrário, a desfiliação é pensada como um percurso biográfico, uma trajectória estrutural e um processo contínuo de ruptura gradual, sucessiva e cumulativa dos múltiplos laços que unem, ancoram e dão segurança ao indivíduo na sua relação com o corpo social maioritário.

A tese central de Castel postula que esse processo de desfiliação social é alimentado e determinado pelo cruzamento dialéctico de dois vectores ou eixos estruturantes da existência humana em sociedade:

1. O Eixo do Trabalho (Eixo Económico): Esse eixo mede o grau de integração do indivíduo na estrutura produtiva e de mercado, variando desde a posse de um emprego formal estável e altamente protegido por direitos, passando pela precarização laboral crónica e pela informalidade, até chegar à total ausência de actividade económica ou ao desemprego de longa duração.

2. O Eixo da Inserção Relacional (Eixo Sociofamiliar): Esse eixo avalia a densidade, a qualidade e a robustez das redes de suporte social, afectivo e de

solidariedade primária que cercam o indivíduo, variando desde a pertença a uma família estruturada e integrada numa comunidade coesa, passando pela fragilização dos laços interpessoais, até culminar no isolamento social completo e no desenraizamento comunitário.



Como se pode observar através da representação matricial do modelo de Castel, o entrecruzamento contínuo entre esses dois vectores produz recortes, espaços e quadrantes sociais cujas fronteiras não são rígidas ou estanques, mas sim fluidas, permeáveis e marcadas por

intensas zonas de transição e turbulência. Dessa forma, o autor demonstra que a estrutura social é mapeada através de quatro grandes zonas dinâmicas de existência social:

1. Zona de Integração

Representa o núcleo duro e protegido da sociedade. É caracterizada pela feliz conjunção de um trabalho estável, seguro e devidamente remunerado com a pertença a redes de suporte sociofamiliar robustas, coesas e capazes de fornecer amparo emocional e material ao sujeito em todas as etapas da sua vida.

2. Zona de Vulnerabilidade

Constitui uma vasta e perigosa área cinzenta da estrutura social contemporânea, marcada pela instabilidade laboral crónica, pelo subemprego, pela precariedade contratual ou pela informalidade de subsistência, elementos esses que surgem perigosamente associados a relações sociais e redes familiares que começam a dar sinais inequívocos de fragilização, saturação económica e desgaste face à escassez de recursos.

3. Zona de Desfiliação

Representa o quadrante mais extremo do desamparo social. É o espaço social resultante da trágica conjunção do desemprego total (ou da inserção numa informalidade ultraprecária e desprovida de qualquer

retorno financeiro digno) com o isolamento social completo, o desenraizamento comunitário e a quebra definitiva de todos os laços de solidariedade primária e secundária.

4. Zona de Assistência

Configura-se como um espaço social particular onde se encontram os indivíduos que, embora apresentem uma total incapacidade para o trabalho produtivo de mercado (devido a limitações de saúde, deficiências severas ou velhice avançada), encontram-se salvaguardados por uma forte inserção social, comunitária ou familiar, ou pela cobertura de sistemas públicos de caridade e assistência social que garantem a sua sobrevivência biológica básica sem o estigma da desfiliação total.

Essas quatro zonas estruturais conceptualizadas por Castel não devem ser interpretadas como gavetas estáticas onde os indivíduos nascem e permanecem imobilizados; elas representam modalidades dinâmicas de existência social, mapeando de forma rigorosa as trajectórias e as forças que empurram os sujeitos da autonomia à dependência, ou da estabilidade económica à turbulência social extrema.

No contexto urbano e periférico de Luanda, a aplicação prática do modelo analítico de Castel ganha uma centralidade empírica avassaladora e uma enorme força explicativa quando focada na figura dos catadores de

resíduos sólidos urbanos. Esses actores sociais, que circulam diariamente de forma incansável por artérias densamente povoadas e socialmente complexas de municípios como o Kilamba Kiaxi, Viana e Cazenga, bem como no interior e nas imediações do macroaterro sanitário de Mulenvos, habitam de forma permanente a franja mais extrema, desprotegida e violenta da estrutura social luandense.

A actividade de catação de lixo nesses territórios periféricos não constitui, sob qualquer ponto de vista sociológico sério, uma escolha de carreira inspirada em ideais ecológicos, uma alternativa de emprego técnico ou uma manifestação de espírito empreendedor informal; ela configura-se estritamente como uma estratégia limite de sobrevivência biológica pura face à escassez absoluta de postos de trabalho formais e à destruição das redes tradicionais de amparo económico nos musseques.

À luz da matriz teórica de Castel, pode afirmar-se com total segurança que os catadores de resíduos sólidos em Luanda encontram-se actualmente fixados e aprisionados na transição terminal e dolorosa entre a zona de vulnerabilidade e a zona de desfiliação social. Se analisarmos o comportamento desses sujeitos ao longo do eixo do trabalho, a sua actividade quotidiana é marcada pela mais absoluta e radical ausência de quaisquer vínculos contratuais, pela falta completa de uma remuneração fixa ou previsível (ficando a sua sobrevivência dependente das oscilações diárias dos preços pagos pelas escassas e

monopolistas empresas privadas de reciclagem que operam em Luanda) e por uma exposição directa, contínua e desumana a riscos biológicos, bacteriológicos e químicos severos.

Esses trabalhadores operam rotineiramente no meio do lixo em putrefacção, de resíduos hospitalares perigosos e de lixo electrónico altamente tóxico sem possuírem qualquer tipo de equipamento de protecção individual (EPI), como luvas, botas, máscaras ou fardamento adequado, o que converte o seu trabalho diário numa ameaça constante à sua integridade física e à sua própria vida.

Se deslocarmos a análise para o eixo relacional e sociofamiliar, o cenário de vulnerabilidade desses indivíduos agrava-se de forma exponencial. Os catadores que operam em municípios densos como Viana ou no aterro de Mulenvos sofrem frequentemente processos severos de desenraizamento geográfico e cultural. Uma parcela significativa desse contingente é constituída por migrantes internos — indivíduos e famílias jovens que fugiram da pobreza crónica, da falta de perspectivas agrícolas e das sequelas económicas do passado conflito armado que devastou as províncias rurais do interior de Angola. Ao chegarem a Luanda na expectativa de encontrarem uma terra de oportunidades, esses sujeitos deparam-se com uma metrópole hostil, cara e segregada.

As pressões brutais da sobrevivência económica na capital acabam por provocar o enfraquecimento precoce

e a ruptura dos laços familiares tradicionais e das redes de parentesco que funcionavam no meio rural: as famílias nucleares desestruturam-se sob o peso da miséria, os pais perdem a capacidade de autoridade face à impossibilidade de sustentar os filhos e os jovens catadores vêem-se empurrados para o isolamento afectivo dentro dos musseques. Privados de estabilidade laboral no mercado e desprovidos do colchão protector das redes de solidariedade sociofamiliar tradicionais, esses actores sociais deslizam rapidamente em direcção ao abismo da desfiliação plena, convertendo-se na tradução empírica mais perfeita da "população sobrante" produzida pela modernidade periférica angolana.

Ao concluir a arquitectura teórica e analítica edificada ao longo deste capítulo, torna-se imperativo consolidar o nexo lógico-causal e a rigorosa articulação que une os conceitos de Pobreza, Vulnerabilidade e Exclusão Social (ou Desfiliação), demonstrando que essas categorias não podem ser tratadas de forma isolada, como fenómenos estanques ou como rótulos académicos independentes. Pelo contrário, na realidade das periferias urbanas de Luanda, esses três conceitos operam como momentos dialécticos de um mesmo ciclo estrutural de desvantagem social, onde um alimenta, agrava e perpetua o outro de forma sistemática e, muitas vezes, intergeracional.

A Pobreza, na sua acepção multidimensional contemporânea — que engloba não apenas a escassez de rendimento monetário, mas a privação severa de

capacidades humanas básicas como o acesso à educação de qualidade, ao saneamento básico, à habitação digna e à saúde elementar — funciona como a base histórica, estrutural e material sobre a qual repousa a desigualdade social em Angola. Essa pobreza de fundo é o resultado cumulativo de uma herança colonial segregadora e de modelos de desenvolvimento económico pós-colonial que concentraram a riqueza nacional no sector petrolífero e diamantífero, marginalizando a economia popular e falhando na edificação de um Estado social universal. Sob a perspectiva de Xiberras, essa pobreza material traduz-se de imediato na incapacidade de os indivíduos participarem dignamente no mercado de consumo, privando-os dos signos e dos bens que definem o estatuto de pertença à sociedade moderna.

Essa base crónica de pobreza material empurra os sujeitos de forma inevitável para a Zona de Vulnerabilidade. Uma vez desprovidos de poupanças financeiras, de qualificações escolares competitivas ou de títulos de propriedade formais, os habitantes dos musseques de Luanda não possuem defesas ou mecanismos de resiliência para enfrentar os riscos, choques e imprevistos biográficos ou macroeconómicos. É nesse cenário de fragilidade estrutural que a instabilidade laboral do mercado informal (analisada através de Castel) se instala como destino maioritário. O indivíduo torna-se um trabalhador precário, uma vendedora ambulante sob constante assédio ou um

catador de resíduos sólidos que deambula pelas artérias do Cazenga ou Kilamba Kiaxi. A vulnerabilidade representa essa condição de insegurança permanente, em que o sujeito vive no limite da subsistência, operando no mercado de produção de forma totalmente desprotegida e invisível perante as instituições do Estado.

Finalmente, quando essa vulnerabilidade laboral e económica se prolonga no tempo sem qualquer tipo de amortecedor institucional ou de política pública correctiva, e quando surge associada ao desenraizamento geográfico e ao enfraquecimento das redes de solidariedade sociofamiliar primária provocados pelas pressões da miséria urbana, ocorre a queda na Zona de Desfiliação ou o fechamento do ciclo da Exclusão Social.

Esse estágio terminal do processo é catalisado e agravado de forma cruel pelos factores culturais e simbólicos analisados por Xiberras e Paugam: a ditadura de uma normalidade baseada no sucesso individual e no consumo mercantil actua como um tribunal que rotula o catador como um ser inapto, "sujo" e perigoso. O preconceito de classe e a herança da colonialidade urbana operam uma interdição simbólica violenta sobre esses corpos negros periféricos, gerando um profundo processo de desqualificação relacional nas ruas da capital (onde o catador é humilhado nos transportes e expulso dos condomínios) e uma desqualificação institucional silenciosa por parte de um Estado que opta por ignorar a sua existência

jurídica.

O ciclo vicioso encerra-se de forma trágica quando essa opressão externa é internalizada na psique do trabalhador sob a forma de desqualificação identitária: esmagado pela vergonha socializada e pela humilhação quotidiana no macroaterro de Mulenvos ou nas lixeiras de Viana, o catador passa a ver-se como um "sobrante" desprovido de valor humano, perdendo a auto-estima, paralisando a sua capacidade de agência histórica e operando um desinvestimento no futuro de si e dos seus filhos.

A exclusão social plena apresenta-se, portanto, como o resultado estrutural e processual deste ciclo: a pobreza gera a vulnerabilidade face ao risco, e a vulnerabilidade prolongada e estigmatizada culmina na desfiliação e na ruptura total dos laços económicos, institucionais e relacionais que unem o indivíduo à sua comunidade. Compreender a figura do catador em Luanda exige, em suma, que a ciência social angolana decifre esse trinómio não como uma fatalidade biográfica individual, mas como uma engrenagem sócio-histórica que necessita urgentemente de ser desmontada através de políticas públicas radicais de redistribuição económica, de reconhecimento simbólico e de inclusão cidadã universal.

Capítulo 2

PERFIL DOS CATADORES



Caracterização dos Catadores do Kilamba

Proposta de quadro de caracterização dos 15 catadores entrevistados no âmbito do estudo "Retratos da Vulnerabilidade dos Catadores". O quadro inclui variáveis sociodemográficas e laborais essenciais para a análise do perfil do grupo.

Quadro 1 – Perfil Sócio-Demográfico dos Catadores do Kilamba (n=15)

Critério Analítico	Categorias Identificadas	Expressão no Grupo e Dinâmica Social
Faixa Etária	• Jovens (19-30 anos) • Adultos (31-50 anos) • Idosos (Mais de 50 anos)	Predomínio de jovens e adultos activos. A presença de idosos (até aos 62 anos) reflecte a ausência de protecção social na velhice, forçando a permanência na actividade para garantir a sobrevivência biológica.
Género	• Masculino (Maioritário) • Feminino	Embora haja mais homens na cata directa, a presença significativa de mulheres aponta para a feminização da pobreza e a necessidade de sustento de agregados familiares monoparentais periféricos.
Nível de Escolaridade	• Sem escolaridade / Primário incompleto • Secundário geral (completo ou incompleto)	Clivagem acentuada: coexistem indivíduos analfabetos com jovens que completaram o Ensino Médio (12.ª classe). Isso ilustra o desemprego estrutural de longa duração, em que até a qualificação escolar falha em garantir a inserção no mercado formal.
Dinâmica de Proveniência	• Residentes Locais (Origem / Luanda) • Migrantes Interprovinciais (Interior)	Presença marcante de migrantes vindos do interior (Malanje, Huíla, Benguela, Uíge, Kwanza Sul e Norte) evidencia o fenómeno do desenraizamento geográfico e o colapso da economia rural, transformando Luanda num receptor de "população sobrante".
Tempo de Permanência	• Recentes (Menos de 1 ano) • Consolidados (1 a 4 anos) • Antigos (Mais de 5 anos)	Varia de meses até uma década (10 anos). O tempo prolongado na actividade prova que a cata deixou de ser um "biscate" temporário (vulnerabilidade fluida) e passou a ser uma condição de fixação estrutural crónica na franja da sociedade (desfiliação).

A análise do perfil sócio-demográfico dos 15 informantes que operam no território do Kilamba (Quadro 1) não deve ser interpretada como uma mera listagem estatística descritiva, mas sim como a leitura qualitativa das marcas corporais, geracionais e geográficas que a exclusão social imprime nos sujeitos. O cruzamento destas variáveis — idade, género, escolaridade, proveniência e tempo de permanência na actividade — permite descodificar as trajectórias de vulnerabilidade urbana que transformam a catação num refúgio existencial na periferia de Luanda.

A amostra investigada revela uma faixa etária marcadamente ampla, compreendida entre os 19 e os 62 anos. Essa dispersão geracional é sintomática de uma realidade económica severa: a catação de resíduos sólidos em Luanda atinge tanto jovens no início da sua vida activa como adultos mais velhos e idosos. Se, no caso dos jovens (como o informante de 19 anos), a cata traduz a barreira intransponível de acesso ao primeiro emprego formal, no caso dos adultos mais velhos (como o informante de 62 anos), o fenómeno assume contornos de desfiliação terminal (Castel, 1995).

A presença de idosos a revolver contentores nas artérias do Kilamba evidencia o colapso crónico ou a inexistência de sistemas públicos de protecção social e de reforma na velhice. Esses indivíduos, empurrados para a actividade braçal extrema após o agravamento das sucessivas crises económicas que assolaram Angola, vêem-

se obrigados a manter o esforço físico diário simplesmente para garantir a sua sobrevivência biológica básica, subvertendo qualquer direito à dignidade na terceira idade.

No que concerne à composição de género, a amostra delimita-se por 10 homens e 5 mulheres. Essa distribuição foi intencionalmente construída para reflectir, no plano empírico, a predominância masculina nas actividades de rua que exigem grande tracção física, longos percursos pedestres e exposição directa à violência urbana.

Contudo, a inclusão deliberada do contingente feminino visa resgatar e analisar uma presença que é frequentemente invisibilizada pelas instâncias públicas. As mulheres na cata (como as informantes de 51 e 55 anos) representam, na maioria dos casos, a franja mais desprotegida da "feminização da pobreza". Muitas dessas mulheres são chefes de agregados familiares monoparentais nos musseques e encontram na recolha informal a única via imediata para alimentar os seus filhos, acumulando a jornada de trabalho na rua com as tarefas reprodutivas do lar, sem qualquer rede institucional de apoio.

Um dos achados mais complexos e academicamente relevantes do Quadro 1 reside na profunda clivagem dos níveis de instrução dos informantes. Embora a maioria apresente baixos níveis de escolaridade (predomínio da 4.ª, 6.ª e 8.ª classes, incluindo situações de analfabetismo funcional), surgem, de forma impactante, catadores que concluíram ou frequentaram o Ensino Médio (12.ª

classe). Essa realidade empírica serve para desmistificar a ideia de que a exclusão e a pobreza atingem apenas os desqualificados.

O que se observa no Kilamba é o doloroso fenómeno da "descida social" ou desqualificação por exclusão do mercado produtivo (Paugam, 2003). Jovens com o 12.º ano completo a exercer um trabalho de extrema precaridade provam que, na conjuntura macroeconómica angolana actual, o diploma escolar perdeu a sua capacidade histórica de funcionar como elevador social ou garantia de inserção na "sociedade salarial". O desemprego estrutural de longa duração equaliza, pela base da sobrevivência informal, o analfabeto e o jovem instruído, convertendo ambos naquilo que Martins (2018) define como "população sobrante".

A classificação e análise da proveniência geográfica dos informantes revelam uma tipologia tripartida que enriquece a compreensão das migrações internas em Luanda:

Residentes de origem no Kilamba: Indivíduos que já habitavam o território ou as suas franjas periféricas imediatas, geralmente mais jovens e que ainda conseguem accionar redes familiares locais mínimos de sobrevivência.

Migrantes de proximidade: Trabalhadores provenientes de outros municípios populosos da província de Luanda (como Cacuaco, Cazenga e Viana), que se deslocam diariamente para o Kilamba atraídos pelo maior volume de resíduos valorizáveis gerados pelas classes médias e altas

locais.

Migrantes de longa distância: Indivíduos oriundos do interior do país, abrangendo províncias como Kwanza Sul, Bengo, Huíla, Malanje, Uíge, Benguela e Kwanza Norte.

Essa expressiva diversidade de proveniências permite estabelecer um diálogo científico directo com a obra de Osvaldo Singui sobre a migração e o trabalho informal em Luanda. Como demonstra Singui, o fluxo migratório em direcção à capital angolana deixou de ser motivado apenas pela fuga directa ao antigo conflito armado; hoje, é determinado pelo colapso estrutural das economias agrícolas e rurais do interior. Ao chegarem a Luanda, desprovidos de capital social e financeiro, esses migrantes enfrentam o desenraizamento relacional teorizado por Castel (1995). A catação no Kilamba surge, assim, como o primeiro (e por vezes único) porto de abrigo para uma força de trabalho rural que a capital não consegue e não quer absorver formalmente.

Por outro lado, podemos observar que o tempo de permanência na actividade de catação varia entre o mínimo de 4 meses e o máximo de 10 anos. Essa variável temporal funciona como um termómetro histórico da própria recessão económica de Angola. Os catadores de início recente (menos de um ano) reflectem o impacto imediato do agravamento da crise de custo de vida actual, que empurrou novos indivíduos para as ruas como estratégia limite de

emergência.

Em contrapartida, os catadores com trajectórias que ultrapassam os 5 ou 10 anos representam a memória viva da longa recessão iniciada com a crise de queda dos preços do petróleo no pós-2014. O facto de a maioria dos informantes se situar no intervalo entre 1 e 5 anos confirma que a cata no Kilamba deixou de ser um "biscate" temporário ou uma resposta fluida de curta duração (vulnerabilidade); ela cronificou-se no tempo. A continuidade da actividade de busca em contentores demonstra que esses sujeitos foram fixados estruturalmente na Zona de Desfiliação (Castel, 1995), transformando uma táctica de emergência biológica numa condição permanente de existência social.

Capítulo 3

RETRATOS DO QUOTIDIANO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO KILAMBA



Delimitados os contornos teóricos da exclusão, este capítulo propõe um mergulho profundo no território onde a sobrevivência se materializa: o quotidiano. Longe das abstrações conceptuais, a realidade dos catadores de materiais recicláveis ganha corpo e movimento no asfalto das ruas, no ritmo dos centros de triagem e nos espaços de descarte. O foco analítico desloca-se, portanto, das estruturas macroeconómicas para os retratos do dia a dia, capturando a rotina de quem faz dos resíduos a sua única garantia de subsistência.

Ao desvelar essa rotina através da vivência e dos relatos recolhidos no terreno, este capítulo busca dar visibilidade às dinâmicas reais que constituem a vida desses actores sociais.

Rotina de Trabalho – Da Colecta à Comercialização

As rotinas de trabalho dos catadores de materiais recicláveis no município do Kilamba constituem um ciclo diário de actividades que se inicia na madrugada e se prolonga até ao final da tarde, envolvendo deslocações, colecta, triagem, transporte e negociação com intermediários. Esse ciclo é marcado por precariedade extrema, ausência de equipamento de protecção e dependência de factores imprevisíveis (disponibilidade de resíduos, concorrência, condições climáticas, preços dos compradores). Os extratos das entrevistas com 15 catadores revelam uma realidade

de trabalho intensivo, perigoso e mal remunerado, em que a fronteira entre o trabalho digno e a sobrevivência desesperada se dissolve.

> "Acordo às 4h da manhã. Ainda está escuro. Visto a roupa que encontrei no contentor, calço as chinelas velhas, pego nos meus sacos e saio. Não tomo café porque não tenho. Vou com fome. Se chegar tarde, os outros já levaram o melhor." Catadora n.º 2 (34 anos, Cacuaco)

> "Acordo quando o galo canta. Rezo um Pai Nosso, peço força. Enrolo um pano na mão – não tenho luvas – e pego no carrinho de mão. O carrinho está todo enferrujado, mas ainda anda. Saio sem comer, só bebo um gole de água." Catador n.º 7 (62 anos, Malanje)

A preparação matinal dos catadores é mínima e reveladora da ausência de condições básicas. A ausência de pequeno-almoço ("não tomo café porque não tenho") é comum, o que significa que muitos catadores iniciam a jornada de trabalho em jejum, comprometendo a sua energia e concentração. A roupa é frequentemente encontrada no lixo, o que reforça o ciclo de pobreza e estigma. A oração ("rezo um Pai Nosso") é um momento de suporte psicológico

que antecipa o sofrimento do dia.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu (1980) mostrou como o habitus – as disposições incorporadas – molda as práticas quotidianas dos dominados. A ausência de pequeno-almoço não é uma "escolha", mas sim uma necessidade estrutural imposta pela pobreza. O catador interioriza que o seu corpo não merece ou não pode ser alimentado antes do trabalho; essa interiorização é uma forma de violência simbólica que naturaliza a privação.

No contexto angolano, o sociólogo Osvaldo Singui (2025), no seu estudo sobre migração e trabalho informal em Luanda, observa que os catadores migrantes (como n.º 7, de Malanje) são os que acordam mais cedo, porque precisam de percorrer maiores distâncias até aos pontos de colecta. Singui relaciona essa antecipação com a competição por recursos escassos: quem chega mais cedo leva o melhor material. Esta lógica de "primeiro a chegar, primeiro a levar" é característica dos mercados informais de resíduos, onde não há regulação nem protecção.

É de realçar que as mulheres catadoras (como a Informante n.º 2) enfrentam uma rotina matinal severamente sobrecarregada pelo cruzamento entre a vulnerabilidade económica e as desigualdades de género. Antes de iniciarem a catação propriamente dita, essas trabalhadoras precisam de organizar o cuidado da progenitura, deixando os filhos sob a tutela de vizinhos ou parentes próximos, preparando o pouco que há para eles comerem e, com

frequência, carregando água de fontanários distantes para o abastecimento doméstico rudimentar. Esse tempo despendido em trabalho de reprodução social, embora historicamente invisibilizado pelas instâncias formais e não contabilizado estatisticamente como "trabalho", constitui o pilar essencial e o suporte invisível que garante a sobrevivência da família na periferia.

Uma vez concluído esse ritual matinal de sobrevivência doméstica, inicia-se a marcha em direcção às centralidades económicas da capital. A deslocação a pé ou com recurso a transportes manuais rudimentares obriga os sujeitos a percorrerem distâncias significativas, habitualmente compreendidas entre os 2 e os 5 quilómetros, em vias desprovidas de passeios ou com bermas profundamente degradadas, o que eleva de forma exponencial o risco real de atropelamento. Mais do que um mero deslocamento geográfico, essa caminhada inicial desenha os contornos da privação material e da resiliência táctica dos actores informais. A violência física inerente à saída de casa e os desafios logísticos da locomoção matinal são detalhados nos seguintes extratos da entrevista:

> "Carrego o saco vazio desde a minha casa, na periferia do Kilamba, até as lojas. São uns 3 quilómetros. Vou pela berma da estrada, com cuidado para não ser atropelado. Levo uns 40 minutos." Catador n.º

6 (28 anos, Huíla)

> "Vou a pé, com uma bicicleta adaptada. Amarro os sacos ao guiador. A bicicleta ajuda a levar mais plástico, mas os pneus furam-se muito." Catador n.º 4 (19 anos, Kilamba)

O primeiro elemento sociológico a depreender desses relatos prende-se com o peso das infraestruturas urbanas degradadas sobre a eficiência do trabalho informal. O depoimento do Catador n.º 6 ilustra o quotidiano de um corpo que caminha na berma do perigo, onde o tempo de deslocação (40 minutos para cobrir 3 quilómetros com o saco vazio) representa um dispêndio massivo de energia física antes mesmo do início da actividade produtiva. Por sua vez, o Catador n.º 4 evidencia a emergência de inovações populares e tácticas, como o uso da bicicleta adaptada, uma ferramenta que visa expandir a capacidade de carga e optimizar o tempo de transporte, mas que esbarra continuamente na sua própria fragilidade material através do furo frequente dos pneus em vias repletas de detritos e sem manutenção asfáltica.

Carlos Lopes (2014), na sua análise sobre a economia urbana no continente africano, observa com propriedade que a escassez crónica de infraestruturas de transporte público acessível e de qualidade força os

trabalhadores da economia informal a investir parcelas desproporcionais do seu tempo e da sua energia biológica em deslocações longas e exaustivas. Esse fenómeno reduz substancialmente o tempo disponível que esses sujeitos poderiam dedicar ao trabalho efectivamente produtivo ou ao descanso regenerador, configurando-se como um pesado e violento custo oculto da informalidade que agrava a pobreza estrutural.

Essa repetição mecânica de tarefas extenuantes e perigosas pode ser iluminada pelo conceito de "desgaste do trabalho precário" formulado por Richard Sennett (2006). Para o autor, a submissão diária a condições laborais degradadas opera uma corrosão identitária e biológica no sujeito. A deslocação quotidiana por quilómetros empurrando um carrinho ou traccionando uma bicicleta adaptada não se reduz a um mero esforço músculo-esquelético; configura-se como um autêntico ritual de humilhação pública que antecipa um trabalho já desvalorizado pela sociedade envolvente (PAUGAM, 2003).

Nessa ordem de ideias, torna-se obrigatório estabelecer uma relação directa entre a localização habitacional periférica desses catadores e as dinâmicas de especulação imobiliária e segregação espacial que caracterizam o ordenamento de Luanda. Os catadores vêem-se forçados a residir nas zonas mais recônditas, informais e desprovidas de serviços que circundam o Kilamba, porque as áreas da "centralidade" planeada são financeiramente

inacessíveis para quem subsiste na franja económica da cidade.

Se a distância geográfica imposta pela segregação espacial funciona como uma barreira que isola os trabalhadores nas franjas da capital, o contentor de lixo nas centralidades urbanas — como o Kilamba — configura-se como o destino final e o principal campo de batalha dessa migração quotidiana. É nesse microrrefúgio urbano que a vulnerabilidade socioeconómica se converte em confronto directo com a matéria corpórea do descarte e com a hostilidade do mercado informal.

Longe de ser um acto passivo, a recolha exige do catador uma permanente atenção sensorial, agência técnica rudimentar e um cálculo constante do risco biológico, operando sob uma pressão temporal severa gerada pela saturação de braços disponíveis na mesma actividade. O contentor deixa de ser um mero depósito municipal de resíduos para se transformar num espaço de disputa feroz, em que a triagem imediata dita a fronteira invisível entre a fome e a reprodução biológica mínima do dia. As dinâmicas de contacto directo com os materiais, o uso de ferramentas artesanais e a gestão quotidiana do perigo de contaminação emergem com crueza nos depoimentos recolhidos no campo:

> “Chego ao contentor e meto a mão.
> Às vezes é só lixo orgânico podre.

> Outras vezes encontro plástico bom, garrafas, latas. O cobre é raro, mas quando aparece, é como achar ouro. Revolvo tudo com um gancho de arame que eu mesmo fiz. Tenho de ser rápido, porque há concorrência." Catador n.º 3 (45 anos, Kwanza Sul)

> "Quando vejo uma seringa, não mexo naquele saco. Deixo para lá. Prefiro perder o dia a arriscar uma doença." Catador n.º 9 (27 anos, Cazenga).

A recolha revela-se, assim, como a etapa mais perigosa, instável e competitiva de todo o ciclo laboral da catação. O contacto directo com as mãos ("meto a mão"), na ausência sistemática de luvas ou vestuário de protecção adequado, expõe diariamente esses corpos a cortes profundos, perfurações e contaminações biológicas severas. O "gancho de arame", referenciado pelo Catador n.º 3, surge como uma inovação tecnológica artesanal e precária que visa substituir a negligência institucional de equipamentos adequados de trabalho, ao passo que a pressa relatada ("tenho de ser rápido, porque há concorrência") denota que os contentores do Kilamba funcionam sob a lógica da escassez regulada pela velocidade da captura.

O antropólogo brasileiro José Carlos Sebe Bom

Meihy (2006), em estudos seminais sobre as trajectórias de catadores, observou com propriedade que a estruturação e a hierarquia informal dentro desse sector se alicerçam em variáveis estritas de idade, força física e acumulação de conhecimento prático sobre os territórios urbanos. Os trabalhadores mais velhos ou fisicamente debilitados são empurrados para os contentores e rotas menos rentáveis da malha urbana. No cenário do Kilamba, essa assimetria agrava-se para os migrantes recém-chegados do interior do país (como o informante n.º 6, vindo da Huíla), que enfrentam dificuldades adicionais por não dominarem os códigos e as rotas mais lucrativas da centralidade, ficando expostos a uma maior exclusão relacional.

A nível internacional, o diagnóstico do sociólogo Mike Davis (2006), na sua obra Planeta Favela, oferece uma chave interpretativa fundamental para essa realidade. Davis descreve como as metrópoles do Sul Global geram de forma contínua um exército industrial de recicladores informais que, ironicamente, sustentam a cadeia económica da reciclagem e aliviam os custos ecológicos das autarquias, enquanto são social e culturalmente tratados pela população envolvente como "lixo humano". O autor argumenta de forma contundente que a cata constitui uma actividade de sobrevivência limite no capitalismo periférico, em que os custos ambientais e sociais da produção industrial são sistematicamente externalizados para os ombros dos mais empobrecidos.

Nesse sentido, compreende-se que os conflitos territoriais observados entre os próprios catadores no Kilamba não são meras querelas interpessoais; pelo contrário, reflectem de forma fiel a fragmentação violenta do espaço urbano angolano e a ausência absoluta de políticas de gestão integrada de resíduos por parte do Estado. Em geografias onde o processo de reciclagem foi formalizado e humanizado — como em certas regiões da América Latina, por meio da criação de cooperativas apoiadas por fundos públicos — os índices de conflitualidade intergrupal foram drasticamente reduzidos.

Em Angola, a ausência crónica de regulação e o vazio de políticas públicas convertem os contentores em autênticos campos de batalha pela sobrevivência primária. Trata-se da materialização prática daquilo que Robert Castel (1995) define como a perda de coesão universal: o desespero económico desestrutura a solidariedade de classe, atomizando os sujeitos numa disputa diária pelo descarte da sociedade salarial

A transição da recolha bruta para o processamento dos resíduos desvela que a cata nas artérias e periferias do Kilamba não se resume ao acto mecânico de extração; ela encerra uma racionalidade económica e uma especialização invisível. Longe de ser uma actividade caótica ou desordenada, a triagem dos materiais exige um saber-fazer prático e técnico aguçado, uma vez que a eficácia e o retorno financeiro de toda a jornada dependem directamente

da capacidade de converter o descarte indiferenciado em mercadoria classificada, respondendo às rigorosas exigências do mercado informal de reciclagem de Luanda.

Essa etapa — que pode territorializar-se tanto no espaço público da rua, junto aos contentores, quanto no espaço privado do ambiente doméstico — materializa a complexidade desse processo técnico-laboral. A operação de beneficiamento do lixo e a necessidade de responder aos padrões de pureza exigidos pelos compradores intermediários são descritas com precisão nos depoimentos que se seguem:

> "Separo ali mesmo, ao pé do contentor. Plástico branco vai num saco, colorido noutro. Latas de alumínio à parte. Papelão amarro em trouxas. Tiro as tampas, rótulos, sujidade mais grossa." Catador n.º 5 (51 anos, Bengo)

> "Chego a casa e os meus filhos ajudam a separar. Lixo fica no quintal. Lavamos as garrafas com água da chuva, se houver. O comprador paga mais se estiver limpo." Catadora n.º 14 (49 anos, Kwanza Norte).

A triagem pode ocorrer no local da colecta ou

em casa. A triagem no contentor é mais eficiente (menos peso para transportar), mas expõe o catador a mais riscos (tempo extra no local perigoso). A triagem em casa envolve a família (filhos, cônjuges) num trabalho não remunerado, prolongando a jornada de trabalho para além das horas de catação. A lavagem das garrafas é uma estratégia de valorização do material, mas a água é escassa.

Clarice e Filho (2021) chamam a atenção para o trabalho infantil na triagem. Tal como podemos verificar no Kilamba, muitos catadores, como a catadora n.º 14, envolvem os filhos na separação do lixo, o que é ilegal à luz da Convenção dos Direitos da Criança, mas é uma necessidade económica – a família inteira precisa de contribuir para a sobrevivência. Neste sentido, Monteiro (2001) defende que as políticas de combate ao trabalho infantil devem ser acompanhadas de programas de rendimento familiar que substituam o pequeno rendimento gerado pelas crianças.

Nessa perspectiva, a socióloga francesa Christine Verschuur (2010), em estudos sobre economia informal, observa que a triagem domiciliar transforma a casa num local de trabalho, desfazendo a fronteira entre espaço doméstico e produtivo. Isso tem consequências para a saúde (acumulação de lixo no quintal) e para as relações familiares (tensão, cansaço). O "quintal" do catador torna-se um depósito de resíduos, o que agrava o estigma e os riscos sanitários.

Após as etapas de recolha e triagem, o ciclo

laboral da cata desloca-se para a sua fase mais extenuante e economicamente decisiva: o transporte e a comercialização dos materiais valorizáveis. Essa etapa final expõe, na sua máxima crueza, a precariedade extrema, tal como podemos ver nos depoimentos partilhados pelos informantes:

> "Carrego o saco até a casa. São 5 km. O carrinho vai carregado, às vezes 50 kg. É pesado, mas vou suando, paro várias vezes para descansar." Catador n.º 3 (45 anos)

> "Vendemos directamente ao depósito de reciclagem. Vamos juntos, quatro catadores. O comprador tenta enganar na balança, mas como estamos em grupo, ele pensa duas vezes." Catador n.º 13 (38 anos, cooperativa)

> "Vendo num depósito do bairro. Ele paga muito pouco: 50 Kz o quilo de plástico, 20 o papelão. Mas é perto, não gasto transporte." Catadora n.º 2 (34 anos)

As rotinas de trabalho descritas pelos informantes revelam desafios estruturais profundos que transcendem as dificuldades operacionais do quotidiano periférico. O transporte e a comercialização dos resíduos na periferia

de Luanda configuram-se como processos fisicamente exaustivos, lentos e altamente desiguais.

O relato do Catador n.º 3, ao evidenciar que percorre rotineiramente 5 quilómetros carregando uma carga manual de 50 quilogramas, expõe uma violência corporal severa que excede largamente os limites máximos recomendados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o transporte manual de cargas. A ausência absoluta de veículos motorizados ou de carrinhos adequados — dotados de rodas de borracha amortecedoras ou sistemas de travagem — transforma a deslocação urbana numa autêntica tortura diária.

Essa precariedade logística força o trabalhador a enfrentar um dilema constante, um trade-off existencial entre tempo, energia física e rendimento financeiro: o sujeito vê-se compelido a decidir entre vender a sua produção a um sucateiro próximo do seu raio de acção, sujeitando-se a um preço manifestamente baixo, ou caminhar em direcção a um depósito central distante, em busca de uma remuneração ligeiramente melhor, ao custo do esgotamento das suas forças biológicas.

Essa assimetria na comercialização encontra eco nos estudos do economista Hernando de Soto (1989) sobre a informalidade no Sul Global. O autor demonstrou que os intermediários e os chamados "acaparadores" extraem a maior parte do valor económico gerado pelos trabalhadores da base da pirâmide informal porque detêm o controlo

oligopolista sobre o acesso ao mercado consumidor e centralizam, de forma opaca, a informação sobre os preços reais das mercadorias. Na periferia luandense, essa dinâmica ganha contornos dramáticos: a total falta de transparência na fixação de preços e a utilização sistemática de balanças adulteradas e não aferidas pelos órgãos de metrologia estatal constituem uma fonte permanente de exploração económica e espoliação do esforço do catador.

No contexto angolano, observa-se que a cadeia de valor da reciclagem é rigidamente dominada por esses intermediários que acumulam capital e expandem os seus estaleiros privados, enquanto os catadores que extraem a matéria-prima permanecem fixados nos patamares mais severos da pobreza monetária. Essa distorção de mercado aponta para a necessidade sociológica de se repensar o papel regulador do Estado, sugerindo que a superação desse cenário exige a criação de centros de triagem públicos e cooperativas organizadas, onde os catadores possam comercializar os seus materiais directamente com as indústrias transformadoras, sob o amparo de preços tarifados, pesagem oficial e transparência institucional.

A catação de resíduos no território do Kilamba ocorre num completo vazio regulatório e jurídico. O ordenamento jurídico angolano carece de leis específicas que reconheçam formalmente a catação como actividade profissional legítima, que fixem patamares de preços mínimos para os recicláveis, que exijam o fornecimento de

equipamentos de protecção às empresas compradoras ou que criem barreiras eficazes contra a exploração do trabalho infantojuvenil nas lixeiras. Os catadores encontram-se radicalmente excluídos das garantias consagradas na Lei Geral do Trabalho e dos mecanismos contributivos de protecção social geridos pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS).

Robert Castel (1995) cunhou o conceito de desfiliação social justamente para designar a condição extrema daqueles sujeitos que são empurrados para fora do mercado de trabalho salarial formal e destituídos das redes de protecção do Estado, ficando reduzidos a uma estratégia de sobrevivência nu a nu. Ao aplicar essa categoria analítica à realidade nacional, Simão Samba (2018) demonstrou como as sucessivas crises macroeconómicas que assolaram Angola aceleraram e massificaram o processo de desfiliação de milhões de trabalhadores que transitam da precarização laboral para a informalidade de subsistência mais extrema. O catador luandense encarna a expressão máxima desta desfiliação, operando sem qualquer colchão institucional contra os imprevistos da doença, do desemprego ou da velhice.

A comercialização estabelece-se como o elo mais desigual e assimétrico de toda a cadeia de reciclagem em Luanda. Os proprietários dos depósitos de bairro detêm um poder de monopólio geográfico nas zonas periféricas urbanas, restando aos catadores pouca ou nenhuma alternativa senão

submeterem-se à aceitação de preços irrisórios, como os 50 Kz pelo quilo de plástico e os 20 Kz pelo papelão relatados pela Catadora n.º 2. Essa mecânica assegura uma transferência contínua de mais-valia e acumulação de capital nas mãos dos intermediários, perpetuando a indigência material dos catadores e evidenciando a fragilidade das organizações colectivas locais, cuja baixa densidade associativa impede a quebra desse monopólio por meio de negociações de preços em bloco.

A par do esmagamento económico, as rotinas de trabalho dos catadores são profundamente cravadas por uma humilhação quotidiana e sistemática. Os olhares sociais de repulsa, os insultos verbais e a interdição de acesso aos espaços públicos qualificados — conforme amplamente referenciado nos depoimentos de campo — não constituem meros incidentes isolados ou mal-entendidos comportamentais; são mecanismos estruturais de reprodução e manutenção da hierarquia social. Pierre Bourdieu (1980) demonstrou que a violência simbólica exerce a sua máxima eficácia política precisamente quando é incorporada e internalizada na psique e no corpo dos próprios dominados.

Ao serem submetidos ao estigma diário de operar à beira dos contentores, muitos catadores acabam por internalizar o olhar depreciativo da sociedade civil, passando a autorrepresentar-se como equivalentes ao próprio "lixo" que recolhem. No caso das mulheres catadoras, essa

violência simbólica manifesta-se de forma ainda mais severa e específica: o preconceito de classe cruza-se de forma destrutiva com a discriminação de género, expondo essas trabalhadoras a uma dupla desqualificação que as cataloga como desviantes dos padrões tradicionais de domesticidade e dignidade feminina.

O quotidiano laboral da cata impõe um padrão de esforço físico contínuo que resulta no desgaste acelerado e na degradação biológica do corpo do trabalhador. Acordar nas primeiras horas da madrugada, caminhar dezenas de quilómetros diários sob elevadas temperaturas, curvar-se repetidamente sobre contentores infectos e traccionar manualmente cargas pesadas produzem um quadro crónico de lesões musculoesqueléticas, dores articulares severas, doenças respiratórias decorrentes da inalação de poeiras e gases de queima e infecções dermatológicas frequentes.

Richard Sennett (2006) chamou a atenção para o fenómeno da corrosão do carácter e da identidade operada pelo trabalho precário desprovido de rotinas estáveis e de reconhecimento social. A repetição mecânica e diária da dor física e da humilhação pública corrói a auto-estima elementar do sujeito, destruindo a esperança na mudança e minando a sua capacidade de projectar trajectórias de emancipação. Essa constatação empírica reforça a urgência de que a saúde ocupacional e a medicina do trabalho sejam integradas de forma transversal nas políticas de saúde pública angolanas, por meio da implementação de

unidades móveis de atendimento e campanhas de vacinação direccionadas a esses territórios vulneráveis.

Por fim, a investigação empírica atesta que as rotinas laborais da cata são cíclicas, repetitivas e desprovidas de qualquer perspectiva real de mobilidade social ascendente. Não ocorre acumulação de capital ou poupança financeira que viabilize uma saída planeada da actividade. O caso do Catador n.º 7, que após uma década inteira de dedicação contínua à catação aufere um ganho nominal idêntico ao do seu primeiro ano de actividade — o que em termos reais representa um empobrecimento acentuado devido aos efeitos corrosivos da inflação em Angola — desvela a natureza estagnada dessa inserção laboral.

Mike Davis (2006) categoriza essas dinâmicas como "trabalho de sobrevivência", definindo-as como ocupações marginais ultra-precárias que não possuem a capacidade estrutural de retirar o trabalhador da linha de pobreza, operando estritamente como um travão mecânico para evitar a morte imediata por fome. Nessa mesma perspectiva crítica, Singui (2025) acrescenta que as correntes migratórias internas em direcção a Luanda, em vez de se consolidarem como vias históricas de ascensão social e modernização económica para os cidadãos vindos das províncias rurais, converteram-se numa autêntica armadilha de precariedade crónica. O migrante foge da desprotecção agrária no interior para se deparar com a desfiliação urbana nos musseques da capital.

Consequentemente, pode afirmar-se que as rotinas de trabalho dos catadores do Kilamba são um espelho da desigualdade social angolana. A madrugada, a fome, os contentores infectos, os carrinhos enferrujados, os sucateiros exploradores – tudo isso não é "natural" nem "inevitável". É o resultado de décadas de ausência de políticas públicas de protecção social, de gestão de resíduos, de formalização do trabalho informal. Como afirmou o catador n.º 6: "A catação não é um trabalho. É uma prisão. E eu não vejo a chave." A chave existe – chama-se Estado presente, políticas inclusivas e reconhecimento da dignidade – mas contínua por ser forjada.

Rendimentos

O rendimento auferido pelos catadores de materiais recicláveis no município do Kilamba constitui um dos indicadores mais sensíveis da sua vulnerabilidade económica e social. Essa actividade, plenamente integrada no vasto e desregulado sector informal angolano, caracteriza-se por uma volatilidade extrema, pela ausência absoluta de garantias salariais e por uma dependência estrutural de intermediários e donos de estaleiros que fixam os preços de compra de forma inteiramente discricionária.

A análise qualitativa das entrevistas revela que a maioria desse contingente atinge rendimentos médios reais que variam entre 1.500 e 2.000 Kwanzas por dia.

No entanto, mesmo quando o somatório mensal nominal se aproxima dos tectos de referência de 50.000 Kwanzas estabelecidos para microempresas e startups, ou da base de 70.000 a 100.000 Kwanzas para médias e grandes empresas sob o Decreto Presidencial n.º 152/24 do MAPTSS, essa remuneração é despida de qualquer direito social básico.

A ausência de férias, de subsídio de doença ou de inscrição no sistema de segurança social revela um cenário cronicamente insuficiente para cobrir o elevado custo de vida urbano da capital angolana. Esse esmagamento financeiro força os sujeitos a escolhas trágicas entre a alimentação diária, a saúde ocupacional e a educação da progenitura.

A partir dos relatos coligidos, é possível mapear as três primeiras faixas de rendimento que traduzem diferentes graus de esmagamento material e desfiliação:

> O primeiro estrato, caracterizado por ganhos diários inferiores a 500 Kwanzas, representa a culminação perversa de todo o ciclo laboral da cata. A marcha na madrugada, o risco biológico nos contentores, a triagem no espaço doméstico e o exaustivo esforço físico do transporte desaguam num retorno financeiro irrisório que desmistifica qualquer narrativa sobre a eficácia da economia informal como via de mobilidade social ascendente.

Esse rendimento situa os sujeitos nos patamares mais severos da pobreza monetária e da privação absoluta, servindo estritamente para financiar a reposição calórica diária mínima necessária para manter o corpo em movimento no dia seguinte. O aprisionamento económico gerado por esse tecto informal de preços emerge com crueza na voz dos informantes:

> "Há dias que ganho 300 Kz. Outros, 400. Nunca passa de 500. Compro um prato de comida e acabou. Não sobra para nada. Remédios? Só se Deus quiser. Renda? Vivo num anexo de controlar, não pago. Mas se pagasse, não tinha como." Catador n.º 7 (62 anos, 10 anos de catação)

> "Ganho entre 300 e 500 Kz. Tudo vai para a comida. Às vezes como só uma vez por dia. Não tenho família que me ajude. Se fico doente, não como." Catador n.º 5 (51 anos, 7 anos de catação)

O perfil sócio-demográfico desse grupo delimita-se por catadores idosos (com mais de 50 anos), longa permanência na actividade, baixa mobilidade física para explorar novas rotas, pouca ou nenhuma escolaridade e

uma ausência total de redes de apoio familiar significativas. Esse grupo sobrevive no limiar da subnutrição crónica e da insegurança alimentar severa. [7, 8, 9]

Samba (2018), no seu estudo sobre o trabalho informal em Luanda, sublinha que o empobrecimento das famílias angolanas pós-2014 não afectou apenas os desempregados, mas também os trabalhadores da economia de rua, cujo rendimento real desabou face à inflação e à desvalorização cambial. Samba designa esse fenómeno como "pauperização estrutural" — um processo enraizado na dependência do petróleo e na ausência de diversificação económica, que torna a periferia urbana de Luanda vulnerável a choques externos. Os catadores idosos são as primeiras vítimas desse processo, pois a sua capacidade física reduzida impede-os de competir pelas rotas mais lucrativas da cidade.

A impossibilidade absoluta de poupança ou de acesso a cuidados de saúde transforma qualquer pequeno imprevisto biográfico (como uma doença, um roubo ou a inflação dos alimentos) numa catástrofe existencial imediata. Esse grupo situa-se, nas palavras de Robert Castel (1995), na Zona de Desfiliação — fora do mercado de trabalho formal, fora da protecção institucional e fora das redes de sociabilidade primária.

Singui (2025), ao analisar o trabalho informal em Luanda, corrobora esse diagnóstico ao observar que os migrantes idosos (como o Catador n.º 7, oriundo de

Malanje) são particularmente vulneráveis, uma vez que o desenraizamento geográfico provocou a ruptura com as redes de solidariedade das suas províncias de origem, sem que a capital lhes permitisse construir novas amarras de inserção social.

O segundo estrato engloba a maioria dos catadores da amostra (6 em 15), cujos rendimentos diários oscilam entre os 500 e os 1.000 Kwanzas. Embora esse patamar seja ligeiramente superior ao anterior, o ganho permanece manifestamente incapaz de assegurar uma vida digna num ecossistema urbano inflacionário, operando na fronteira da subsistência familiar. As pressões da gestão doméstica e a luta diária para garantir o sustento e a educação da progenitura são evidenciadas nos depoimentos colectados:

> "Ganho cerca de 2000 Kz por dia. Mil e quinhentos kwanzas vão para comida: arroz, farinha, óleo, peixe. Os outros 500 para o saldo do telefone e velas. As minhas filhas precisam de luz para estudar. Não sobra nada para poupar. Se um dia não trabalho, as crianças passam fome." Catadora n.º 2 (34 anos, 2 anos de catação)

> "Faço entre 30000 e 40.000 Kz. Primeiro compro arroz e feijão para o mês. Depois pago a escola dos

> meus filhos. Quando sobra alguma coisa, compro cadernos ou lápis. Para mim, não compro nada. Nem roupa." Catadora n.º 8 (33 anos, 3 anos de catação)

O perfil dessa faixa é composto predominantemente por adultos em plena idade activa (25 a 50 anos), com filhos dependentes, escolaridade baixa, a média (4.ª à 8.ª classe), residentes nas franjas do Kilamba ou migrantes que vivem nas proximidades. Carlos Lopes (2014), no seu trabalho sobre economia urbana e desenvolvimento sustentável em África, argumenta que a informalidade nessas geografias não deve ser interpretada como uma anomalia transitória, mas sim como uma característica estrutural do capitalismo periférico. Os trabalhadores informais produzem valor real para a sustentabilidade da cidade por meio da reciclagem — o que reduz os custos operacionais das administrações municipais — mas esse valor económico é inteiramente apropriado por intermediários e donos de estaleiros privados, nunca se revertendo em remunerações dignas para quem extrai a matéria-prima dos contentores.

A frequência absoluta das despesas dessas catadoras centra-se na alimentação (absorvendo entre 60% e 80% do rendimento), seguida de perto pelo investimento na educação dos filhos como uma tentativa táctica de quebrar o ciclo intergeracional da pobreza. Contudo, para

manter essas duas prioridades activas, a saúde ocupacional é sistematicamente negligenciada.

Nessa perspectiva, chama a atenção para o duplo peso que recai sobre as mulheres que operam na economia de rua, como as catadoras e as vendedoras ambulantes (zungueiras). Além do esforço físico da cata ou da zunga, essas mulheres acumulam a responsabilidade exclusiva pela gestão da economia doméstica e pelos cuidados com a reprodução familiar. Monteiro demonstra que a pobreza assume um rosto feminino em Angola; mulheres catadoras (como a Informante n.º 2) trabalham jornadas triplas (colecta, triagem doméstica e cuidados familiares não remunerados) e auferem, em média, menos rendimento que os homens devido à segregação espacial que lhes reserva as zonas de recolha menos lucrativas, aprofundando o seu estado de vulnerabilidade institucional.

O terceiro estrato identifica os trabalhadores que conseguem optimizar a sua inserção no mercado de recicláveis, auferindo ganhos diários na faixa dos 1.000 aos 1.500 Kwanzas. Embora esse rendimento ultrapasse nominalmente o salário mínimo antigo de 32.181,15 Kwanzas e aproxime os sujeitos do salário mínimo nacional para microempresas e startups actualizado para 50.000 Kwanzas pelo Decreto Presidencial n.º 152/24 do MAPTSS, a ausência de amparo institucional e regulatório permanece intocada. A precariedade e a dependência de factores externos incontroláveis marcam o quotidiano desse grupo:

> “Quando encontro cobre, faço 2000 Kz. Sem cobre, 1.500. Primeiro compro comida. Sobram uns 500 que gasto em sabão, sal e, às vezes, um cigarro. Não consigo poupar. Se chove, perco o dia.” Catador n.º 3 (45 anos, 5 anos de catação)

> “Posso fazer 40.000 por mês. Pago 5.000 de renda, compro comida (20.000), e ainda mando 5000 para a minha irmã na Huíla. Sobram 10.000 para mim. É uma vida de cão. Não dá para poupar. Se pudesse, comprava um computador usado para estudar.” Catador n.º 6 (28 anos, 1 ano de catação)

O perfil dessa faixa é composto por catadores experientes (com 3 ou mais anos de actividade), boa mobilidade física e profundo conhecimento dos pontos de recolha mais rentáveis de Luanda, como as imediações de supermercados, restaurantes e zonas comerciais. Inclui também jovens escolarizados que sofreram o processo de “descida social”, como o Informante n.º 6, detentor da 12.ª classe. A vantagem temporária desse grupo reside na juventude, na força física e no capital de conhecimento espacial sobre a centralidade do Kilamba.

Contudo, esse rendimento é altamente volátil e

dependente de contingências ambientais e dinâmicas de mercado internacionais. A dependência de materiais de alto valor, como o cobre ("quando encontro cobre"), expõe os sujeitos a uma oscilação constante, enquanto os factores climáticos barram de imediato a geração de receita ("se chove, perco o dia").

Nesse sentido, Samba (2018) alerta para a ilusão da "resiliência" — a narrativa institucionalizada de que os pobres urbanos africanos possuem uma capacidade inesgotável de se "virarem" e adaptarem a qualquer cenário de crise. Samba demonstra que essa pretensa resiliência mascara um esgotamento acelerado e irreversível do capital físico, biológico e mental dos trabalhadores de rua. O Catador n.º 3, apesar de alcançar um rendimento ligeiramente superior, padece de dores crónicas e lesões musculoesqueléticas severas, operando numa total ausência de assistência médica ocupacional, o que atesta que o ganho monetário marginal é pago com a degradação antecipada da sua própria saúde

O quarto e último estrato abrange uma minoria de trabalhadores da amostra (4 em 15) que consegue auferir ganhos diários superiores a 1.500 Kwanzas, estabilizando-se frequentemente entre os 1.800 e os 2.000 Kwanzas. Longe de representar uma riqueza real, esse patamar traduz o alcance de uma margem de manobra financeira dentro do próprio mercado informal. Os relatos demonstram que esse desempenho superior não é aleatório; decorre directamente

da acumulação de capital social, de redes de solidariedade familiar ou do associativismo táctico:

> "Com a cooperativa, conseguimos 1.800 Kz por dia cada um. Aplicamos assim: 800 para comida, 300 para a poupança da cooperativa (reparações, balança), 200 para a renda, 300 para poupança individual, 200 para imprevistos. É o único que consegue poupar. Mas é porque somos organizados. Sozinhos, não dava." Catador n.º 13 (38 anos, cooperativa informal, 3,5 anos)

> "Ganho 1.500 Kz por dia, às vezes 2.000. Vivo com a minha mãe, não pago renda. Então sobra. Gasto 600 em comida para nós os dois, 200 em transporte e manutenção, e guardo 700 por dia." Catador n.º 15 (31 anos, 2 anos de catação)

O perfil desse grupo é composto por jovens ou adultos jovens, dotados de escolaridade média (da 6.ª classe ao Ensino Médio incompleto). A sua vantagem competitiva assenta na capacidade física e, fundamentalmente, na activação de redes de cooperação ou de apoio familiar. Carlos Lopes (2014) defende que as cooperativas e as associações de economia solidária se configuram como instrumentos

cruciais para mitigar os efeitos da precariedade na África Subsariana. Ao comercializarem os materiais recicláveis em bloco, esses grupos conseguem eliminar os intermediários abusivos, negociar preços mais justos e neutralizar as fraudes nas pesagens informais. O capital social — traduzido na confiança mútua e na cooperação entre pares — actua como um activo intangível que eleva o rendimento real do grupo. No entanto, Lopes (2014) adverte que essas experiências são altamente frágeis; sem o devido apoio estatal (registo legal, linhas de microcrédito e capacitação técnica), tendem a permanecer marginais e vulneráveis.

Paralelamente, o caso do Catador n.º 15 coloca em relevo o papel desempenhado pelas redes de parentesco na reprodução social dos pobres urbanos em Luanda. O facto de coabitar com a mãe e estar isento do pagamento de renda habitacional funciona como o factor decisivo que viabiliza a sua capacidade de poupança diária.

Em Angola, as famílias alargadas e as redes de vizinhança operam frequentemente como um autêntico "Estado social invisível" ou amortecedor de crises, suprindo a ausência de políticas públicas de protecção. Contudo, essa rede de solidariedade primária possui limites estruturais severos: quando a totalidade do núcleo familiar se encontra imersa na pobreza, os recursos escasseiam e não há margem para redistribuição. Adicionalmente, as pequenas poupanças geradas nesse estrato (como os 700 Kwanzas guardados diariamente) permanecem permanentemente expostas e

vulneráveis à desvalorização cambial e à inflação.

Aplicabilidade do rendimento

A análise qualitativa sobre o destino dos ganhos obtidos pelos catadores revela uma hierarquia de gastos extremamente rígida e assimétrica. As prioridades orçamentais destes agregados são ditadas pela urgência da sobrevivência biológica imediata. A alimentação emerge como o gasto absolutamente não negociável, absorvendo a quase totalidade dos recursos, seguida de perto pelas despesas com a habitação precária e, em terceiro lugar, pelo investimento delegado na escolarização dos filhos.

Nessa estrutura orçamental de emergência, a saúde surge invariavelmente em último lugar, sendo sistematicamente postergada, negligenciada e tratada como um bem de luxo inacessível.

A centralidade absoluta do gasto alimentar reflecte o estado de insegurança hídrica e nutricional que assola as periferias urbanas angolanas. Com as sucessivas crises macroeconómicas e a inflação galopante sobre os produtos da cesta básica (como o arroz, a fuba de milho e o óleo vegetal), o orçamento familiar para a alimentação consome entre 70% e 80% do rendimento total dos catadores. Essa pressão inflacionária forçou muitas famílias a reduzirem o número de refeições diárias, agravando os quadros de malnutrição e anemia.

No plano simbólico e de género, manifesta-se uma dinâmica de auto-sacrifício profundamente internalizada pelas mulheres catadoras, ilustrada nas seguintes falas:

> "Distribuo o dinheiro: primeiro a comida das crianças, depois a escola, depois o que sobra para mim." Catadora n.º 8 (33 anos)

> "Os meus filhos comem primeiro. Eu como o que sobra." Catadora n.º 2 (34 anos)

Tendo em conta as afirmações acima, podemos ver que as mulheres que operam na economia de rua em Luanda, as catadoras e as vendedoras ambulantes (zungueiras), incorporam um código moral que coloca a sua própria integridade biológica em segundo plano para garantir a sobrevivência da progenitura. Embora esse comportamento seja socialmente idealizado como uma virtude materna, ele acarreta a degradação acelerada da saúde dessas mulheres, gerando deficiências nutricionais crónicas.

Essa realidade atesta que as políticas de segurança alimentar em Angola carecem urgentemente de um enfoque de género, tornando-se imperativo desenhar medidas de protecção social — como cozinhas comunitárias ou transferências directas de renda — que integrem essas trabalhadoras como beneficiárias directas, mitigando o seu

papel histórico de gestoras da escassez.

O segundo maior constrangimento financeiro reside no custo da habitação na província de Luanda. A especulação imobiliária e o crescimento urbano desordenado empurram os catadores para as franjas informais mais distantes e desprovidas de infraestruturas, onde as condições de habitabilidade são deploráveis:

> "Pago 10.000 Kz de renda. É quase metade do que ganho. Sobra muito pouco." Catador n.º 6 (28 anos, quarto alugado)
>
> "Água e luz? Não tenho. Vou buscar água ao poço. Luz é vela." Catador n.º 3 (45 anos)

Lopes (2014) associa essa precariedade habitacional ao défice crónico de habitação social nas grandes metrópoles africanas. Embora circulem diariamente pela centralidade moderna do Kilamba, os catadores habitam barracos ou quartos subalugados nos musseques circundantes, caracterizados pela ausência de água canalizada, electricidade ou saneamento básico. A dependência de poços informais eleva drasticamente a exposição a riscos biológicos (doenças diarreicas e parasitoses), enquanto a ausência de iluminação eléctrica inviabiliza o tempo de estudo nocturno das crianças, perpetuando as barreiras de

inserção.

Apesar das restrições materiais, a educação dos filhos é tratada pelos catadores como um investimento sagrado, uma "esperança delegada" na quebra do ciclo da pobreza intergeracional:

> "Pagar a escola é sagrado. Tiro da comida, se for preciso." Catadora n.º 14 (49 anos)

> "Comprei uma mochila usada para a minha filha. Custou 500 Kz. Fiquei sem comer um dia, mas ela ficou feliz." Catadora n.º 8 (33 anos)

A educação dos filhos é a principal via de esperança delegada, como já se discutiu. Em Angola, as famílias pobres investem uma percentagem significativa do seu rendimento em educação privada de baixo custo, porque na escola pública as vagas são reduzidas, tendo em conta a grande procura. Esse investimento é uma aposta na mobilidade social intergeracional – a crença de que se os filhos estudarem, não terão de catar.

No entanto, vários autores advertem que a qualidade do ensino nas escolas do bairro é muitas vezes precária (salas superlotadas, professores mal pagos, falta de materiais). O sonho da universidade permanece distante para a maioria, e muitos jovens acabam por se juntar

aos pais na catação ou noutras actividades informais. A esperança delegada, embora seja um motor de resiliência, pode também ser uma ilusão quando o sistema educativo não oferece perspectivas reais de mobilidade.

O elo mais frágil da aplicabilidade do rendimento reside na postergação sistemática dos cuidados com a saúde. Diante da escassez monetária, os catadores operam sob uma racionalidade trágica, em que a dor física é silenciada em prol da alimentação básica:

> "Estou doente, mas não vou ao médico. Prefiro comprar pão. A doença passa, a fome não." Catador n.º 1 (22 anos)

> "Remédios são para quem tem dinheiro. Eu só tenho para farinha." Catador n.º 7 (62 anos)

Essa negligência forçada reflecte a erosão e o subfinanciamento do sistema público de saúde em Angola, que frequentemente exige pagamentos informais ou a compra externa de medicamentos e consumíveis médicos nas farmácias periféricas. Para os trabalhadores informais, desprovidos de seguros privados ou de inscrição no sistema contributivo do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), a saúde formalizada constitui um luxo inacessível.

Como bem aponta Singui (2025), o modelo de

segurança social vigente em Angola foi desenhado de forma excludente, focando-se de forma quase exclusiva nos trabalhadores com vínculos contratuais formais. Para o catador, um dia de paragem por motivo de doença representa a perda imediata do rendimento diário e o risco iminente de ver a sua rota de recolha ser ocupada pela concorrência, fixando o seu corpo na mais absoluta invisibilidade e desfiliação institucional.

Riscos Ocupacionais e Saúde Precária

A actividade de catação de material reciclável é reconhecida internacionalmente como uma das ocupações mais perigosas do sector informal, visto que os catadores trabalham diariamente em contacto directo com resíduos sólidos, sem equipamento de protecção, sem formação em segurança, sem acesso a cuidados de saúde e sem qualquer protecção social. No município do Kilamba, esse cenário repete-se de forma agravada pela crise económica, pela ausência de políticas públicas e pelo estigma que transforma os catadores em "invisíveis".

Os extractos das entrevistas realizadas com 15 catadores revelam uma realidade de sofrimento físico e psíquico acumulado, em que cada dia de trabalho implica a exposição a múltiplos riscos: cortes e ferimentos, dores crónicas, infecções, intoxicações, acidentes de viação, violência e um profundo desgaste mental. Essa análise

interpreta esses riscos à luz da sociologia do trabalho, da saúde ocupacional e das teorias da vulnerabilidade, articulando as narrativas dos entrevistados com os contributos de autores como Pierre Bourdieu (habitus de sofrimento), Robert Castel (desfiliação), Amartya Sen (privação de capacidades) e Michael Burawoy (consentimento na exploração), entre outros.

Quanto aos riscos físicos: cortes, quedas, atropelamentos e agressões, os entrevistados relataram o seguinte:

> "Já levei pontos na mão duas vezes. Vidro quebrado, lata enferrujada, agulhas… Não tenho luvas, é com as mãos nuas." Catador n.º 3 (45 anos, Kwanza Sul, 5 anos de catação)

> "Uma vez caí dentro do contentor. O vidro cortou-me a perna toda. Sangrei muito." Catador n.º 9 (27 anos, Cazenga, 2 anos e 6 meses de catação)

> "Um carro quase me atropelou. O condutor ainda gritou: 'Sai da frente, lixeiro, queres morrer?'" Catador n.º 9 (mesmo entrevistado)

> "Os mais novos roubam-me o co-

> bre. Já me bateram.” Catador n.º 7 (62 anos, Malanje, 10 anos de catação)

Os riscos físicos imediatos são os mais visíveis e os mais frequentemente relatados. Os cortes com vidro e metal são quase quotidianos, agravados pela ausência de equipamento de protecção individual. A sociologia do trabalho informal tem mostrado que a precarização extrema – ausência de contrato, de direitos, de condições básicas de segurança – gera uma naturalização do risco (Burawoy, 1979). O catador n.º 3 diz “já levei pontos duas vezes” com um tom de quem descreve um facto inevitável, não um escândalo. O risco tornou-se parte do habitus (Bourdieu, 1980): uma disposição incorporada que torna aceitável o inaceitável.

As quedas dentro de contentores – estruturas metálicas altas, muitas vezes danificadas – são particularmente perigosas, porque o catador fica aprisionado entre objectos cortantes e, por vezes, sem capacidade de pedir ajuda. O relato do catador n.º 9 (“sangrei muito”) evidencia a gravidade, mas também a falta de socorro: ele teve de se autotratar com a camisola rasgada.

Os atropelamentos são um risco específico da catação em vias urbanas. Os catadores trabalham na berma das estradas, muitas vezes de madrugada ou ao anoitecer, com pouca visibilidade. A reacção do condutor – “sai da

frente, maluco, queres morrer?" – é reveladora: o catador não é visto como um trabalhador que tem direito a ocupar a via, mas como um obstáculo que deve desaparecer. Essa desumanização no trânsito é uma extensão da violência simbólica já analisada.

A violência física entre catadores – roubos, agressões – é uma consequência da competição por recursos escassos. Num contexto de pobreza extrema, a cooperação é frágil e a lei do mais forte prevalece. O idoso n.º 7, fragilizado pela idade, é vítima recorrente. Esse fenómeno inscreve-se no que Loïc Wacquant (2004) designou como "violência endémica nos territórios da desfiliação": onde o Estado está ausente, a violência privada ocupa o vazio.

Relativamente aos riscos ergonómicos: dores crónicas e lesões por esforço repetitivo, os entrevistados relataram os seguintes riscos:

> "As costas doem todos os dias. Acordo e já dói. Curvar e levantar o saco pesado… É um martírio." Catador n.º 5 (51 anos, Bengo, 7 anos de catação)

> "Os meus joelhos estão arrebentados. Subir escadas é um martírio. Ajoelhar no chão para pegar em plástico… pareço uma velha de 80 anos." Catadora n.º 14 (49 anos, Kwanza Norte, 8 anos de catação)

> "As mãos estão sempre doridas. Os calos já são profundos. Parecem pele de couro." Catador n.º 1 (22 anos, Kilamba, 8 meses de catação)

Os riscos ergonómicos – lesões músculoesqueléticas devidas a posturas forçadas, movimentos repetitivos e transporte de cargas pesadas – são os mais silenciosos e acumulativos. Ao contrário de um corte, que sangra e dói imediatamente, a dor lombar ou nos joelhos instala-se gradualmente, tornando-se crónica. Os catadores descrevem essa dor como "martírio" (n.º 5) ou como um envelhecimento precoce (n.º 14: "pareço uma velha de 80 anos").

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2013) classifica o trabalho de catador como de alta exigência física – flexão repetida da coluna, elevação manual de cargas, permanência em posições desconfortáveis por longos períodos. Sem pausas, sem rotação de tarefas, sem equipamento auxiliar, o desgaste é acelerado.

O caso do jovem n.º 1 (22 anos) é particularmente preocupante: depois de apenas 8 meses de catação, ele já apresenta calos profundos e dores nas mãos. A sua juventude não o protege; pelo contrário, a repetição intensiva desde cedo pode levar a incapacidade precoce. A sociologia do corpo (Le Breton, 1990) mostra que o trabalho degradante inscreve-se no corpo sob a forma de marcas físicas (calos,

cicatrizes, deformações) que são também marcas sociais – o corpo do catador "diz" a sua posição na hierarquia.

Quanto aos riscos biológicos: infecções, doenças parasitárias e contacto com lixo hospitalar, os entrevistados relataram as seguintes situações:

> "Já tive diarreia várias vezes. É do lixo sujo. Mexemos em fezes, fraldas, restos de comida podre." Catadora n.º 8 (33 anos, Kilamba, 3 anos de catação)

> "Encontro muitas seringas. Tenho medo de me picar. Já vi colegas ficarem doentes depois de se picarem." Catador n.º 4 (19 anos, Kilamba, 4 meses de catação)

> "Tossi há meses. Cuspo sangue às vezes. Pode ser tuberculose. Mas não tenho dinheiro para ir ao hospital." Catador n.º 11 (55 anos, Kilamba, 6 anos de catação)

Os riscos biológicos são talvez os mais graves em termos de morbilidade e mortalidade a longo prazo. O contacto com matéria orgânica em decomposição (fezes, restos de comida, fraldas) expõe os catadores a bactérias (E. coli, Salmonella), vírus (hepatite A, rotavírus) e parasitas intestinais (vermes, giárdia). A diarreia recorrente (catadora

n.º 8) não é apenas desconfortável; causa desidratação, perda de peso e, em crianças e idosos, pode ser fatal.

O medo de se picar com seringas usadas é omnipresente (catador n.º 4). As seringas podem conter vestígios de sangue infectado com VIH, hepatite B ou C. O risco de transmissão é real, e os catadores não têm acesso a profilaxia pós-exposição (PEP) nem a vacinas (a vacina contra a hepatite B é acessível, mas não lhes é oferecida). O colega que "sumiu, não apareceu mais" é uma memória assustadora.

A tosse com expetoração sanguinolenta (catador n.º 11) é um sintoma clássico de tuberculose pulmonar, uma doença altamente prevalente em contextos de pobreza e aglomeração. A tuberculose é curável com tratamento adequado, mas o catador n.º 11 não tem dinheiro para o diagnóstico nem para os medicamentos. A sua frase "se for tuberculose, vou morrer em casa" é um testemunho da falência do sistema de saúde para os mais pobres.

A epidemiologia social (Farmer, 2006) cunhou o conceito de "violência estrutural" para descrever como as desigualdades sociais se incorporam em doenças e mortes prematuras. A tuberculose do catador n.º 11 não é um acidente biológico, é o resultado de uma cadeia de privações: habitação insalubre (aglomeração), desnutrição (baixa imunidade), trabalho em ambiente de risco (exposição a gotículas), ausência de acesso a cuidados de saúde. A violência estrutural mata devagar, mas mata.

Questionados sobre os riscos químicos: intoxicações, queimaduras e doenças crónicas, os entrevistados realçaram o seguinte:

> "Uma vez peguei numa pilha que estava a vazar. Queimou-me os dedos. Ficaram com uma marca preta, ardeu muito." Catador n.º 11 (55 anos, Kilamba, 6 anos de catação)

> "Às vezes, o cheiro é tão forte que me dá tonturas. São produtos de limpeza, solventes, tinta." Catador n.º 6 (28 anos, Huíla, 1 ano de catação)

> "Já encontrei telhas de amianto. Não sei bem o que é, mas um colega disse que faz mal, que dá cancro." Catador n.º 7 (62 anos, Malanje, 10 anos de catação).

Tendo em conta as declarações dos nossos entrevistados, podemos dizer que os riscos químicos são os menos conhecidos pelos próprios catadores, o que os torna particularmente perigosos. As pilhas e baterias contêm ácidos e metais pesados (chumbo, mercúrio, cádmio) que podem causar queimaduras químicas, danos neurológicos e cancro. O ácido da pilha queimou os dedos do catador n.º 11, deixando "uma marca preta" – uma cicatriz química.

Os solventes e produtos de limpeza libertam vapores tóxicos que, inalados repetidamente, podem causar danos hepáticos, renais e neurológicos. As "tonturas" relatadas pelo catad n.º 6 são um sinal de intoxicação aguda. A longo prazo, a exposição crónica a solventes está associada a encefalopatia tóxica (perda de memória, alterações de personalidade) e a certos tipos de cancro.

O amianto (asbesto) é um mineral fibroso amplamente utilizado em materiais de construção (telhas, caixas de água, isolamentos). Quando manuseado, liberta fibras que, inaladas, causam asbestose (fibrose pulmonar), cancro do pulmão e mesotelioma (cancro da pleura) – doenças que se manifestam décadas após a exposição. O catador n.º 7 "não sabe bem o que é", mas já ouviu que "faz mal". A falta de informação é parte do risco.

A sociologia ambiental e da saúde (Beck, 1986) chamou a atenção para a distribuição desigual dos riscos tóxicos: são os pobres e marginalizados que trabalham com os materiais perigosos, respiram os fumos tóxicos, habitam os solos contaminados. A catação é um exemplo paradigmático de racismo ambiental (embora não racial, classista): os que produzem o lixo (classes média e alta) externalizam os riscos para os que o manuseiam.

Nesse sentido, quanto aos riscos psicossociais: depressão, ansiedade, insónias e ideação suicida, os participantes dessa pesquisa realçaram o seguinte:

> "Já pensei em acabar com tudo. Era professor, agora sou lixo." Catador n.º 10 (41 anos, Uíge, 4 anos de catação)
>
> "Durmo três, quatro horas por noite. Fico a pensar como sair daqui. O cérebro não desliga." Catador n.º 6 (28 anos, Huíla, 1 ano de catação)
>
> "Sinto que não valho nada. Sou um falhado. A minha auto-estima está no chão." Catador n.º 1 (22 anos, Kilamba, 8 meses de catação)

Tal como podemos ver nos relatos acima, os riscos psicossociais são, paradoxalmente, os mais negligenciados nas análises sobre catadores, apesar de serem os que causam maior sofrimento subjectivo. O relato do catador n.º 10 (ex-professor) é um dos mais dramáticos: "já pensei em acabar com tudo". A idealização suicida é um indicador de sofrimento psíquico extremo, que nesse caso se liga à perda de identidade profissional – ele não é apenas pobre, é "lixo" (a palavra que a sociedade lhe atira). O suicídio dos trabalhadores precários é um fenómeno estudado pela sociologia do trabalho (Dejours, 1998), que mostra como a humilhação e a desvalorização sistemática podem levar à auto-aniquilação.

As insónias do catador n.º 6 – "três, quatro horas por noite" – são típicas de ansiedade generalizada. O cérebro "não desliga" porque está permanentemente a tentar resolver problemas insolúveis: como pagar a renda, como comer amanhã, como sair da catação. A ansiedade crónica esgota os recursos cognitivos e emocionais, levando a um estado de exaustão mental que é tão incapacitante quanto uma doença física.

A baixa auto-estima do catador n.º 1 ("sinto que não valho nada") é a expressão subjectiva da violência simbólica já analisada. O jovem de 22 anos, que deveria estar a construir um projecto de vida, vê-se como "falhado". Essa autodesvalorização pode perpetuar a sua condição: se ele não acredita que merece algo melhor, tenderá a não procurar alternativas ou a desistir ao primeiro obstáculo.

A saúde mental dos catadores é um ponto cego das políticas públicas. Não há psicólogos comunitários, não há grupos de apoio, não há linhas de emergência. O sofrimento psíquico é suportado em silêncio, muitas vezes apenas aliviado pela religião (como se viu noutros extractos) ou pelo álcool (não relatado, mas provável). Como afirmou o sociólogo Alain Ehrenberg (1998), a depressão é a "doença da liberdade" nas sociedades individualistas – mas para os catadores, a liberdade é uma ficção, e a depressão é a resposta a uma opressão sem saída.

Questionados sobre os riscos institucionais: falta de acesso a cuidados de saúde e protecção social, os nossos

entrevistados responderam o seguinte:

> "Estou doente há semanas. Mas não tenho 500 Kz para ir ao posto de saúde. Prefiro comprar pão." Catador n.º 1 (22 anos, Kilamba, 8 meses de catação)

> "Preciso de ir ao dentista. Um dente está podre, dói que nem imagina. Mas o dentista particular pede 20 mil Kz." Catador n.º 10 (41 anos, Uíge, 4 anos de catação)

> "A minha pressão está alta há meses. Tomei uns comprimidos que sobraram do marido. Não sei se faz bem." Catador n.º 5 (51 anos, Bengo, 7 anos de catação)

Tal como podemos ver, os riscos ocupacionais são agravados pela quase total ausência de acesso a cuidados de saúde. O catador n.º 1 escolhe entre comprar pão ou pagar o táxi para ir ao posto de saúde – escolha trágica que revela a prioridade absoluta da alimentação. A saúde torna-se um bem de luxo para quem vive no limiar da fome.

O dente podre do catador n.º 10 é um exemplo de doença negligenciada. A dor dentária é excruciante e pode levar a infecções sistémicas, mas o tratamento é inacessível. O catador "aguenta a dor" – uma frase que resume a

estoicidade forçada dos pobres.

A auto-medicação do catador n.º 5 – "comprimidos que sobraram do falecido marido" – é perigosíssima. Não sabe a dosagem, não sabe as contra-indicações, não sabe a validade. Mas é a única alternativa. A auto-medicação com sobras é uma prática comum em contextos de pobreza e revela a falência do sistema público de saúde: se o posto de saúde funcionasse com horários acessíveis, sem filas, com medicamentos gratuitos, o catador n.º 5 não precisaria de arriscar.

Nesse sentido, a sociologia da saúde (Canguilhem, 1943; Illich, 1975) mostra que o acesso aos cuidados é um marcador de cidadania. Quem não tem acesso regular a um médico, a exames, a medicamentos, não é tratado como cidadão de pleno direito. Os catadores do Kilamba estão, nesse domínio, desfiliados (Castel, 1995): fora do sistema de saúde, como estão fora do mercado de trabalho formal e fora da protecção social.

Discriminação e Violência Simbólica

A discriminação e a violência simbólica constituem dimensões centrais do sofrimento social dos catadores de materiais recicláveis no município do Kilamba. Enquanto a pobreza material é frequentemente visível e quantificável, as agressões simbólicas – olhares, palavras, silêncios, exclusões – operam de forma mais subtil, mas

não menos devastadora. Como Pierre Bourdieu (1980) demonstrou, a violência simbólica é aquela que é exercida com a cumplicidade da própria vítima, que interioriza as hierarquias sociais e as naturaliza.

Sendo assim, os extratos abaixo das entrevistas realizadas com 15 catadores do Kilamba revelam um quotidiano marcado por múltiplas formas de discriminação:

> "As pessoas olham para mim como se eu fosse um monstro. Ou pior: nem olham. Como se eu não existisse." Catador n.º 4 (19 anos, Kilamba, 4 meses de catação)

> "Quando vou com o carrinho, as pessoas atravessam a rua para não passar perto de mim. A minha própria sombra incomoda." Catador n.º 1 (22 anos, Kilamba, 8 meses de catação)

> "Eu já nem levanto a cabeça. Sei que vão olhar com desprezo." Catador n.º 6 (28 anos, Huíla, 1 ano de catação)

O olhar do outro é, para a sociologia fenomenológica e interaccionista, um dos mecanismos fundamentais de construção da identidade social. George Herbert Mead (1934) argumentou que o "eu" (self) emerge da capacidade

de nos vermos como os outros nos vêem – o "eu" é um reflexo do "outro generalizado". Quando esse reflexo é sistematicamente negativo – quando o outro nos olha como monstro ou, pior, não nos olha de todo – a identidade sofre uma erosão profunda.

Os extratos dos catadores n.º 4 e n.º 1 revelam dois momentos distintos desse processo. O primeiro – "olham como se eu fosse um monstro" – é um olhar de aversão activa. O catador é visto, mas como algo ameaçador, nojento, desumano. É o que Erving Goffman (1963), no seu estudo clássico sobre o estigma, designou como desacreditação (discrediting): o estigma é visível, e o estigmatizado é tratado como alguém que falha um atributo essencial da humanidade.

O segundo – "nem olham, como se eu não existisse" – é ainda mais radical. É o olhar que aniquila pela invisibilidade. O catador não é sequer reconhecido como sujeito. Essa é a forma mais pura de violência simbólica (Bourdieu, 1980): o outro nega a própria existência do sujeito. O catador n.º 6 já interiorizou essa violência: "eu já nem levanto a cabeça" – ele antecipa o olhar de desprezo e evita-o, retirando-se do campo visual. Essa antecipação é a prova de que a violência simbólica foi incorporada: o oprimido começa a vigiar-se a si mesmo.

O sociólogo Frantz Fanon (1952), na sua análise da experiência colonial, descreveu um fenómeno semelhante: o olhar do colonizador que reduz o colonizado a um objecto.

Fanon mostrou que esse olhar é interiorizado, gerando um sentimento de inferioridade que persiste mesmo quando o colonizador não está presente. Os catadores do Kilamba vivem uma experiência análoga: a sociedade não colonizadora, mas classista, olha-os como "lixo humano". E eles aprendem a olhar-se com os olhos da sociedade.

> "Chamam-me 'sujo', 'porco', 'nojento'. Já me disseram que devia estar num caixote do lixo, não a andar na rua." Catador n.º 7 (62 anos, Malanje, 10 anos de catação)

> "As crianças atiram pedras e gritam 'lixo, lixo!'. Os pais não dizem nada." Catador n.º 9 (27 anos, Cazenga, 2 anos e 6 meses de catação)

Tal como podemos ver, os insultos dirigidos aos catadores não são meramente ofensas individuais; são actos performativos (Austin, 1962) que visam rebaixar o outro a uma categoria subumana. Chamar alguém de "lixo" não é apenas descrever a sua actividade, é equipará-lo ao lixo que ele manuseia.

O facto de crianças atirarem pedras e gritarem insultos é especialmente significativo, mostra que a discriminação é socialmente reproduzida desde a infância. Os pais que "não dizem nada" estão, pelo silêncio, a validar

a violência. Como Bourdieu (1980) argumentou, a violência simbólica é tanto mais eficaz quanto mais é exercida através de mecanismos quotidianos, aparentemente banais, que passam despercebidos. Uma criança que atira uma pedra a um catador está a aprender, na prática, que aquela pessoa é inferior, que não merece respeito, que é lícito agredi-la. A escola e a família, em vez de contrariarem essa aprendizagem, frequentemente a reforçam.

O sociólogo Loïc Wacquant (2004), no seu estudo sobre os guetos negros americanos, cunhou o conceito de "antilugar" (anti-place) para descrever territórios e pessoas que são simbolicamente excluídos da cidade legítima. Os catadores do Kilamba ocupam esse antilugar: são os "não-cidadãos", os "indesejáveis", cuja única função é retirar o lixo que os verdadeiros cidadãos produzem, mas sem nunca serem reconhecidos como cidadãos.

O conceito de cidadania de T.H. Marshall (1950) distingue três dimensões: direitos civis (liberdade individual), direitos políticos (participação no governo) e direitos sociais (bem-estar, segurança, saúde). Os catadores do Kilamba vêem sistematicamente negados os seus direitos sociais – o acesso à saúde, à alimentação (através do comércio) e até à participação religiosa. Mas a exclusão vai além: ela atinge a própria dignidade de ser tratado como pessoa. O "mau cheiro" não é apenas uma questão de higiene, é um marcador simbólico que permite justificar a exclusão. Como argumenta Mary Douglas (1966) em Pureza e Perigo,

as noções de pureza e impureza são socialmente construídas para demarcar fronteiras entre "nós" (os limpos, os puros) e "eles" (os sujos, os poluentes). O catador é "sujo", logo deve ser excluído do espaço puro.

A exclusão da igreja é particularmente dramática, porque a igreja se apresenta como um espaço de acolhimento universal ("vinde a mim todos os que estais cansados"). Quando a igreja rejeita o catador, está a trair a sua própria mensagem e a confirmar que, na prática, a discriminação não conhece fronteiras institucionais.

> "A polícia já me mandou deitar no chão, de barriga para baixo, como se eu fosse um bandido. Revistaram o meu saco, viraram tudo. Riram-se de mim. Um disse: 'Este é ladrão de lixo.'" Catador n.º 7 (62 anos, Malanje, 10 anos de catação).

> "Os fiscais apreendem o nosso material, dizem que estamos a roubar coisas…" Catador n.º 13 (38 anos, Viana, 3 anos e 6 meses de catação)

> "A polícia levou-me para a esquadra só porque estava a catar perto de um supermercado. Acusaram-me de vandalizar…. Tive de pagar 5 mil Kz para me soltarem." Catador n.º 9 (27 anos, Cazenga, 2 anos

e 6 meses de catação)

A violência institucional é a forma mais explícita de discriminação, porque é exercida por agentes do Estado que deveriam garantir a ordem e a justiça. O relato do catador n.º 7 – polícia a mandar um idoso deitar-se no chão, a revistar o saco – é a descrição de uma humilhação ritual. Não há qualquer suspeita de crime, o que está em jogo é a afirmação de poder: "nós podemos tratar-te como quisermos porque tu não és ninguém".

A acusação de "vandalizar" é particularmente significativa. Catar não é um crime, mas ser pobre e estar na rua pode ser interpretado como "vândalo" – uma categoria vaga que permite à polícia prender, extorquir e humilhar. O catador n.º 9 foi preso e, provavelmente, agredido verbalmente. A polícia não o vê como um trabalhador informal, mas como um pontecial "marginal".

O sociólogo Michel Foucault (1975), em Vigiar e Punir, mostrou como o sistema penal moderno não apenas pune actos, mas também fabrica delinquentes – categoriza certos corpos como perigosos, certas condutas como desviantes. No Kilamba, os catadores são sistematicamente confundidos com delinquentes. A frase "ladrão de lixo" é paradoxal – como se pode roubar aquilo que é descartado? – mas precisamente por isso é eficaz: desqualifica o catador como sujeito de direitos, reduzindo-o à figura do "suspeito

permanente".

> "Sinto que não valho nada. Sou um falhado. Os meus colegas da escola estão na universidade. Eu estou no lixo. Às vezes penso: eles têm razão em me desprezar." Catador n.º 1 (22 anos, Kilamba, 8 meses de catação)

> "Sabe o que é pior? Quando eu começo a acreditar no que eles dizem. Às vezes, acordo e penso: 'Tu és lixo, mereces isto.' Essa voz dentro de mim é mais cruel do que os insultos na rua." Catador n.º 6 (28 anos, Huíla, 1 ano de catação)

> "Escondo dos vizinhos. Digo que sou vendedora. A vergonha mata-me." Catadora n.º 2 (34 anos, Cacuaco, 2 anos de catação)

A violência simbólica atinge o seu ponto mais alto quando a vítima internaliza o discurso do opressor e passa a ver-se como inferior. Os extratos acima são particularmente pungentes, porque mostram o sofrimento psíquico para além da privação material.

O catador n.º 1 compara-se com os antigos colegas que estão na universidade. Essa comparação social (Festinger, 1954) é dolorosa, porque confirma, aos seus

olhos, o seu fracasso. Mas o passo seguinte – "eles têm razão em me desprezar" – é a incorporação do olhar do outro. O desprezo que vem de fora torna-se autodesprezo.

O catador n.º 6 descreve com precisão esse processo: "quando eu começo a acreditar no que eles dizem". A voz interior – "tu és lixo, mereces isto" – é mais cruel do que os insultos exteriores, porque não tem pausa. É o que Bourdieu (1997) chamou de violência simbólica por cumplicidade – o dominado participa activamente na sua própria dominação, porque interiorizou as categorias de pensamento do dominador. A frase "mereces isto" é particularmente grave: não é apenas uma descrição da realidade, mas um julgamento moral que legitima a exclusão. O catador n.º 6 está a dizer que a sua condição é justa – que ele a merece.

A catadora n.º 2 – "escondo dos vizinhos, digo que sou vendedora" – mostra a gestão do estigma (Goffman, 1963). Goffman distinguiu entre os "desacreditados" (cujo estigma é visível e que não podem escondê-lo) e os "desacreditáveis" (cujo estigma pode ser ocultado). Os catadores estão numa posição ambígua: a catação não deixa marcas físicas permanentes, mas a roupa, o cheiro, o carrinho de mão denunciam-nos. Esconder a actividade é uma estratégia de defesa, mas também uma fonte de sofrimento adicional – viver com medo de ser descoberto, de ser "desmascarado". A vergonha torna-se um modo de vida.

O psicanalista e teórico pós-colonial Franz Fanon

(1952) descreveu esse fenómeno como alienação – o sujeito vê-se a si mesmo através dos olhos do colonizador e, ao fazê-lo, perde a sua própria identidade. Os catadores do Kilamba não são vítimas de um colonialismo racial, mas de um colonialismo de classe – onde a cidade moderna (o Kilamba planeado) produz os seus próprios "indígenas" internos, que são excluídos e ensinados a odiar-se a si mesmos.

> "Os homens pensam que, porque sou catadora, estou disponível para tudo. Já me ofereceram dinheiro para 'outras coisas' enquanto catava." Catadora n.º 8 (33 anos, Kilamba, 3 anos de catação)

> "Os jovens cospem quando passo. Dizem: Já devia ter morrido, velho inútil." Catador n.º 7 (62 anos, Malanje, 10 anos de catação)

A discriminação nunca é homogénea, ela intersecta-se com outras formas de opressão – género, idade, etnia. O conceito de interseccionalidade (Crenshaw, 1989) é útil para analisar como diferentes eixos de desigualdade se combinam e produzem experiências específicas.

As mulheres catadoras (n.º 8, n.º 2, n.º 14) sofrem uma dupla violência: são discriminadas por serem catadoras

e por serem mulheres. O assédio sexual que a catadora n.º 8 descreve – homens que lhe oferecem dinheiro para "outras coisas" – mostra como a catação é vista não apenas como uma actividade degradante, mas como um sinal de disponibilidade sexual. A lógica perversa é: "se ela está no lixo, então não tem valor; logo, pode ser usada para qualquer coisa". Essa objectificação sexual é uma forma extrema de violência simbólica e física.

Os idosos catadores (n.º 7, n.º 5, n.º 11) sofrem discriminação etária acumulada à discriminação por actividade. O "já devia ter morrido, velho inútil" é um insulto que combina desprezo pela idade e pela ocupação. A sociedade neoliberal, que valoriza a produtividade e a juventude, considera os idosos pobres como um "peso" ou um "erro". O facto de serem também catadores – a actividade mais desprezada – torna-os alvo de uma violência que é simultaneamente classista, etarista e, muitas vezes, também capacitista (porque a idade traz doenças e limitações).

Os extratos das entrevistas com os catadores do Kilamba revelam um quotidiano saturado de discriminação e violência simbólica. Essa violência manifesta-se em múltiplas formas: olhares que aniquilam, palavras que ferem, exclusões que marginalizam, instituições que humilham e, o mais grave, uma interiorização que faz com que os próprios catadores passem a ver-se como "lixo".

A discriminação e a violência simbólica contra os catadores do Kilamba não são acidentes ou excessos

individuais; são mecanismos estruturais de reprodução da desigualdade. Ao tratar os catadores como "lixo", a sociedade legitima a sua exclusão do mercado de trabalho formal, dos serviços de saúde, da educação de qualidade, da protecção social. Mais do que isso, ao fazê-los acreditar que merecem essa condição, a sociedade garante que eles não se revoltarão – porque a revolta exigiria acreditar que são dignos de algo melhor.

Como afirmou o catador n.º 6: "O pior não é o que eles dizem. É quando eu começo a acreditar neles." Essa frase é a síntese perfeita da violência simbólica. O desafio para as políticas públicas e para a sociedade civil é duplo: por um lado, combater a discriminação através de campanhas de sensibilização, leis antiestigma e formação de agentes do Estado; por outro lado, devolver aos catadores a crença na sua própria dignidade – através do reconhecimento do seu trabalho como socialmente útil, da sua organização colectiva e da sua inclusão nos espaços de decisão. Sem essa dupla frente, a violência simbólica continuará a reproduzir a exclusão, geração após geração.

Expectativas para o Futuro

As expectativas do futuro constituem um indicador privilegiado da condição social de um indivíduo ou grupo. Elas revelam não apenas os desejos subjectivos, mas também as constrições estruturais que moldam o

horizonte do possível. No caso dos catadores de materiais recicláveis do município do Kilamba, as projecções de futuro são particularmente reveladoras da vulnerabilidade multidimensional a que estão sujeitos: económica, social, subjectiva e simbólica.

Essa análise baseia-se nos extratos das entrevistas realizadas com 15 catadores entre 2024 e 2025, no âmbito da pesquisa "Retratos da Vulnerabilidade: Um Olhar Sobre o Quotidiano e Desafios dos Catadores do Município do Kilamba". A partir das suas narrativas, identificaram-se cinco tipos ideais de projecção futura:

Relativamente a resignação fatalista, os entrevistados realçaram o seguinte:

> "Nasci pobre, vou morrer pobre e catando. Já não espero nada. O meu futuro é amanhã acordar, catar, vender, comer e dormir." Catador n.º 7 (62 anos, Malanje, 10 anos de catação)

> "A minha vida é isto. Não sei fazer mais nada. O futuro? É continuar até cair." Catador n.º 5 (51 anos, Bengo, 7 anos de catação)

Tal como podemos ver, a resignação fatalista é a projecção dominante entre os catadores mais velhos e com maior tempo de exposição à actividade. Esses discursos

revelam uma interiorização profunda da exclusão social – o que Pierre Bourdieu (1980) designou como habitus de subalternidade. O habitus é um sistema de disposições duráveis, incorporadas, que orientam a acção e a percepção do mundo. Quando um indivíduo repete durante anos a experiência de fracasso, desprezo e privação, ele tende a naturalizar essa condição: a pobreza deixa de ser um acidente contingente para se tornar identidade ("nasci pobre, vou morrer pobre").

A frase "não sei fazer mais nada" é particularmente significativa, não se trata apenas de uma constatação factual sobre a ausência de qualificações profissionais. Ela expressa a erosão da auto-eficácia (Bandura, 1997) – a crença de que qualquer acção empreendida para mudar de vida está condenada ao fracasso. Essa erosão é o resultado de uma longa história de tentativas frustradas e de um ambiente que nunca ofereceu oportunidades reais de mobilidade.

Amartya Sen (1999), prémio Nobel da Economia, oferece uma chave de leitura complementar. Para Sen, a pobreza não se reduz à baixa renda; é fundamentalmente privação de capacidades (capability deprivation). Uma pessoa pobre é alguém que não tem a liberdade real de escolher uma vida diferente. A resignação do catador n.º 7 é, assim, o reflexo de uma sociedade que lhe negou, ao longo de décadas, acesso à saúde, à educação, à reforma, ao reconhecimento. O seu "não espero nada" é um diagnóstico lúcido, não uma fraqueza de carácter.

Por outro lado, Robert Castel (1995), na sua análise da metamorfose da questão social, distingue três zonas do mundo do trabalho: a integração (emprego estável, protecção social), a vulnerabilidade (trabalho precário, protecção frágil) e a desfiliação (exclusão total do mercado de trabalho e das redes de sociabilidade). Os catadores idosos do Kilamba situam-se na zona da desfiliação: não só não têm trabalho formal, como perderam laços familiares e comunitários. A resignação é, nesse contexto, uma estratégia de sobrevivência psicológica: aceitar o inaceitável para não enlouquecer.

Por outro lado, quanto à segunda tipologia intitulada a Revolta sem saída, os entrevistados responderam o seguinte:

> "Tenho o 12º ano e estou no lixo. A culpa é do sistema, do governo, da crise. Mas o que é que eu posso fazer sozinho?" Catador n.º 6 (28 anos, Huíla, 12ª classe, 1 ano de catação)

> "O governo abandonou-nos. Não há reforma, não há subsídio. A minha expectativa é que um dia a justiça chegue. Mas não vai." Catador n.º 10 (41 anos, Uíge, ex-professor, 4 anos de catação).

Diferentemente da resignação, a revolta sem saída caracteriza-se pela identificação correcta das causas estruturais da pobreza. Esses catadores não se culpam a si mesmos; culpam o sistema, o governo, a crise económica. Têm, no sentido marxiano, uma consciência de classe – sabem que são explorados e que a sua situação não é resultado de falhas individuais. Karl Marx (1852), em O 18 Brumário de Luís Bonaparte, distinguiu entre classe em si (um agregado de indivíduos que partilham a mesma posição nas relações de produção) e classe para si (quando esse agregado se organiza politicamente para defender os seus interesses). Os catadores n.º 6 e n.º 10 estão na primeira situação: têm consciência, mas não têm organização.

A pergunta retórica do catador n.º 6 – "o que é que eu posso fazer sozinho?" – é a chave da sua condição. A revolta não se traduz em acção colectiva, porque os catadores estão atomizados. Não existem sindicatos de catadores, nem associações representativas, nem partidos que os mobilizem. A ausência de capital social (Putnam, 1993) – redes de confiança e cooperação – transforma a indignação em ressentimento solitário.

Richard Sennett (2006), no seu livro A Cultura do Novo Capitalismo, descreve o fenómeno da "raiva impotente" (impotent rage): a frustração de quem percebe a injustiça, mas não encontra canais para a transformar. Essa raiva, quando prolongada, pode evoluir para depressão, para violência autodirigida (como a idealização suicida

que o catador n.º 10 mencionou noutro extrato) ou para um cinismo paralisante.

O caso do catador n.º 6 é particularmente dramático, porque ele representa a descida social (social downgrading). Ter concluído o 12.º ano em Angola é, para um jovem da sua origem, uma conquista significativa. A expectativa de que o estudo abriria portas foi brutalmente desmentida pela crise económica. A dissonância cognitiva (Festinger, 1957) entre a qualificação escolar e a actividade degradante gera uma tensão psicológica intensa. Para a reduzir, o catador n.º 6 poderia desvalorizar o estudo ("a escola não serve para nada") ou desvalorizar-se a si mesmo ("eu é que não valho nada"). Ele escolhe uma terceira via: culpa o sistema. Essa atribuição externa protege a sua auto-estima, mas não lhe oferece uma saída prática.

Ainda nessa linha de pensamento, questionados sobre a esperança delegada, os entrevistados responderam o seguinte:

> "Eu já não tenho futuro, isso é verdade. Mas os meus filhos vão ter. Eu acordo todos os dias para pagar a escola deles." Catadora n.º 8 (33 anos, Kilamba, mãe de 3 filhos, 3 anos de catação)

> "O meu sonho é ver as minhas filhas formadas. Não quero que elas toquem no lixo." Catadora n.º 2 (34

anos, Cacuaco, mãe de 3 filhas, 2 anos de catação)

Tal como podemos constatar ao longo da pesquisa, a esperança delegada é o tipo de projecção mais frequente entre as mulheres catadoras. A sua estrutura é a seguinte: o próprio futuro está irremediavelmente perdido ("eu já não tenho futuro"), mas o futuro dos filhos – sobretudo das filhas – pode ser diferente se elas estudarem. O investimento na educação dos filhos torna-se, assim, o projecto de vida dessas mães.

Nessa perspectiva, Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1970), em A Reprodução, mostraram que o capital cultural – conhecimentos, títulos escolares, disposições culturais – é um dos principais mecanismos de reprodução ou de ruptura da pobreza intergeracional. As mães catadoras estão a tentar transmitir capital cultural aos filhos, mesmo quando elas próprias não o possuem. Esse fenómeno é conhecido na sociologia da educação como investimento compensatório (compensatory investment): os pais sacrificam o presente para que os filhos tenham um futuro melhor.

No entanto, a frase "eu já não tenho futuro" revela um auto-apagamento profundamente enraizado. Essas mulheres não se vêem como sujeitos do seu próprio destino. A sua identidade está inteiramente definida pelo papel materno – e ser mãe pobre significa, muitas vezes,

aceitar a própria invisibilidade. A investigação sobre género e pobreza (Chant, 2006) mostra que as mulheres em contextos de pobreza extrema tendem a internalizar a ideia de que o seu sacrifício é natural e virtuoso. Essa internalização, embora funcione como motor de resiliência, também legitima a desigualdade de género.

A esperança delegada é, assim, ambivalente. Positivamente, é uma forma de agência: essas mulheres estão a fazer algo activo para quebrar o ciclo intergeracional da pobreza. Numerosos estudos empíricos confirmam que o investimento materno na educação dos filhos – mesmo em condições de fome – é um dos factores mais eficazes de mobilidade social (UNESCO, 2015). Negativamente, a esperança delegada perpetua a ideia de que o futuro das mulheres não lhes pertence, mas sim aos outros. Nenhum dos homens entrevistados (excepto um, catador n.º 15, que é jovem e solteiro) manifestou esse tipo de projecção. Os homens, mesmo pobres, tendem a projectar o futuro em si mesmos (ainda que seja uma projecção de revolta ou resignação). As mulheres projectam nos filhos. Essa diferença é um poderoso indicador da assimetria de género na distribuição do trabalho de reprodução social.

Questionados sobre projectos concretos, os entrevistados apontaram o seguinte:

> "Já juntei 30 mil Kz. Vou comprar roupa em segunda mão e vender na

> feira. O futuro se constrói com as mãos, não com lágrimas." Catador n.º 15 (31 anos, Kilamba, 12ª classe incompleta, 2 anos de catação)
>
> "Nós já somos quatro catadores organizados em cooperativa. A nossa expectativa é formalizar, conseguir um espaço." Catador n.º 13 (38 anos, Viana, cooperativa informal, 3 anos e 6 meses de catação)

Tal como podemos ver, a minoria dos entrevistados (4 em 15) apresenta uma projecção de futuro activa, concreta e instrumental. Esses catadores têm planos, poupanças, redes de cooperação. A sua esperança não é um desejo vago ou uma delegação em terceiros, é um projecto em construção.

Nessa ordem de ideia, a teoria da estruturação de Anthony Giddens (1984) oferece um quadro adequado para interpretar esses casos. Giddens rejeita tanto o determinismo estrutural (que reduz os agentes a marionetas das estruturas) quanto o voluntarismo ingénuo (que ignora os constrangimentos). Para ele, as estruturas sociais são simultaneamente constritivas e capacitadoras: limitam o campo de acção, mas também oferecem recursos que os agentes podem mobilizar. Os catadores n.º 15 e n.º 13 conseguiram mobilizar pequenos recursos (poupança,

confiança mútua) para construir alternativas.

O caso do catador n.º 15 é notável, porque ele demonstra uma disciplina de poupança extraordinária: guarda 200 Kz por dia, o que representa cerca de 10% a 15% do seu rendimento diário, num contexto em que a maioria dos seus colegas vive no limiar da fome. Essa disciplina só é possível, porque ele não paga renda (vive com a mãe) e tem um objectivo claro (comprar roupa para revender). A sua frase "o futuro se constrói com as mãos, não com lágrimas" é um lema de auto-responsabilização que, embora ignore parcialmente os constrangimentos estruturais, tem o mérito de mobilizar a agência.

O caso do catador n.º 13 é ainda mais interessante, porque envolve capital social (Putnam, 1993). Ao organizar uma cooperativa informal com três outros catadores, ele criou uma rede de confiança e cooperação que lhe permite vender a melhores preços e partilhar informações. O capital social funciona como um recurso colectivo que amplia as capacidades individuais. A expectativa de formalizar a cooperativa revela uma compreensão sofisticada da economia política: sabem que, sem registo legal, continuarão vulneráveis à apreensão de material e à exploração dos intermediários.

No entanto, a esperança activa desses catadores é frágil e solitária. A poupança do catador n.º 15 pode ser destruída por uma doença, um assalto ou um aumento da inflação. A cooperativa do catador n.º 13 carece de apoio

jurídico e financeiro para se formalizar. Como argumenta José Luis Coraggio (2007), um dos principais teóricos da economia popular e solidária, as iniciativas autogestionárias só podem florescer quando apoiadas por políticas públicas de microcrédito, formação e assistência técnica. Na ausência desse apoio, a esperança activa continua a ser a excepção heróica – e não a regra.

Podemos identificar no seio dos catadores do Kilamba, uma esperança mágico-religiosa, como os mesmos evidenciam nos seguintes relatos:

> "Eu rezo todos os dias. Deus vai prover. Um dia aparece uma oportunidade. Não tenho plano, mas Deus é justo." Catadora n.º 14 (49 anos, Kwanza Norte, mãe de 5 filhos, 8 anos de catação)

> "Só um milagre. Se a igreja me ajudar, ou se aparecer um familiar rico… Eu rezo todos os dias a Nossa Senhora." Catador n.º 11 (55 anos, Kilamba, sem escolaridade, 6 anos de catação)

Tal como podemos ver, a esperança mágico-religiosa é a projecção dominante entre os catadores mais velhos, com baixíssima escolaridade e forte pertença religiosa. Esses discursos revelam uma delegação da solução a entidades

transcendentes: Deus, Nossa Senhora, a igreja, um milagre. A esperança não se traduz em plano terreno, mas em oração e fé.

Nessa perspectiva, a sociologia da religião oferece duas leituras clássicas desse fenómeno. A primeira, de Karl Marx (1844), é crítica: a religião é o "ópio do povo" – um analgésico que torna a injustiça social suportável, mas que também desmobiliza a revolta. Ao acreditar que Deus resolverá os seus problemas, os catadores deixam de exigir soluções políticas. A oração substitui a greve. A frase "não tenho plano" é, dessa perspectiva, o indicador de uma consciência falseada (falsa consciência).

A segunda leitura, de Max Weber (1922), é mais complexa. Weber, na sua Sociologia da Religião, introduziu o conceito de teodiceia – a tentativa de justificar a existência do sofrimento no mundo, atribuindo-lhe um sentido. A teodiceia da desgraça é a crença de que o sofrimento terreno será compensado no além (ou, numa versão mais popular, por um milagre). Essa crença tem uma função sociológica crucial: torna a desigualdade suportável e impede que os pobres se revoltem contra a ordem estabelecida. Para Weber, a religião é um factor de conservação social, não de transformação.

Uma terceira leitura, mais recente e menos crítica, é oferecida por Viktor Frankl (1946). Psiquiatra e sobrevivente do Holocausto, Frankl argumentou que a busca de sentido é a principal motivação humana, e que mesmo no sofrimento

extremo é possível encontrar um significado que torne a vida digna de ser vivida. A fé religiosa, nessa perspectiva, é uma forma de encontrar sentido – e esse sentido pode ser um poderoso suporte psicológico, prevenindo o colapso mental. A esperança mágica dos catadores n.º 14 e n.º 11 pode ser lida, assim, como uma estratégia de sobrevivência psíquica: rezar é o último recurso quando todos os outros recursos se esgotaram.

A esperança mágico-religiosa é, portanto, ambivalente. Positivamente, protege a saúde mental e dá força para continuar. Negativamente, desmobiliza a acção colectiva e naturaliza a desigualdade. O desafio para as políticas públicas não é "proibir a religião" – o que seria absurdo e autoritário – mas sim oferecer alternativas terrenas (protecção social, saúde, trabalho digno) para que a esperança deixe de precisar do milagre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Chegar ao fim de um percurso de escuta, de análise e de escrita, é sempre um momento ambivalente. Há o alívio de completar uma tarefa longa e exigente, mas há sobretudo a responsabilidade de não trair as vozes que nos foram confiadas. Os quinze catadores do município do Kilamba que aceitaram partilhar as suas histórias não o fizeram por vaidade ou por curiosidade académica. Fizeram-no porque, no fundo, ainda acreditam que alguém pode ouvir, que alguém pode registar, que alguém pode, talvez, contribuir para que a sua condição se torne um pouco menos desumana. Esta conclusão é, antes de mais, uma homenagem a essa confiança. É também um esforço de síntese – não um resumo seco do que foi dito, mas uma costura interpretativa que articula o sofrimento quotidiano, as aspirações tantas vezes frustradas e as pistas concretas para a superação da vulnerabilidade.

O que este livro procurou fazer foi, desde o início, um exercício de desocultação. A cidade do Kilamba, com os seus blocos de apartamentos modernos, os seus supermercados e os seus passeios revestidos, foi concebida como um símbolo do progresso angolano. Mas por detrás dessa fachada luminosa, há um mundo subterrâneo de trabalhadores invisíveis que todos os dias recolhem, separam e vendem o lixo que a cidade produz. São homens, mulheres, jovens e idosos que acordam quando ainda é noite, que caminham quilómetros a empurrar carrinhos de mão enferrujados, que metem as mãos nuas em

contentores infectos, que competem com outros catadores por um punhado de plástico ou de cobre, que negociam com sucateiros que os enganam na balança, que chegam a casa exaustos e contam moedas para comprar um prato de arroz. Esses retratos não são casos isolados nem excepções. São a regra. São a face crua da vulnerabilidade que o discurso do desenvolvimento insiste em varrer para debaixo do tapete.

A primeira grande lição que emerge das entrevistas é que a vulnerabilidade dos catadores é um fenómeno multidimensional. Não se reduz à falta de dinheiro, embora a insuficiência de rendimento seja a sua manifestação mais imediata. A maioria dos entrevistados ganha entre quinhentos e mil kwanzas por dia – um valor que, mesmo quando atinge ou ultrapassa ligeiramente o salário mínimo nacional, não confere nenhum dos direitos associados ao trabalho formal: não há férias, não há subsídio de doença, não há décimo terceiro mês, não há reforma. A imprevisibilidade é a regra. Um dia de chuva, um dia de doença, um dia de fiscalização significa zero kwanzas. E quando o dinheiro não entra, a fome entra. A alimentação absorve entre sessenta e oitenta por cento do rendimento, e mesmo assim é insuficiente. A saúde é sistematicamente postergada – um catador escolhe entre comprar pão e pagar uma ficha no posto de saúde. A habitação, quando não é um barraco autoconstruído nas periferias da centralidade, é um quarto alugado cuja renda consome quase metade do que se ganha. A educação dos filhos, assumida como

prioridade sagrada pelas mães catadoras, é garantida à custa de refeições em falta. Esse quotidiano de escassez absoluta gera um ciclo vicioso do qual é quase impossível sair: a subnutrição reduz a capacidade de trabalho; a doença não tratada reduz o rendimento; o rendimento insuficiente impede a poupança; a ausência de poupança impede qualquer projecto de transição para outra actividade.

Mas a vulnerabilidade não é apenas económica. Ela inscreve-se nos corpos de forma implacável. Os catadores descreveram um catálogo de sofrimentos físicos: dores lombares crónicas, problemas nos joelhos, tendinites nas mãos, calos profundos, cortes infectados, queimaduras químicas, doenças respiratórias, diarreias recorrentes, suspeitas de tuberculose não tratada. A ausência de equipamento de protecção individual – luvas, botas, máscaras – transforma cada dia de trabalho numa roleta russa. Mais grave do que a própria dor é a naturalização da dor: "as costas doem todos os dias, faz parte". Essa frase, repetida por vários entrevistados, revela a incorporação da violência. O corpo aprende a doer e a não reclamar, porque reclamar não muda nada. O corpo do catador envelhece precocemente – um homem de quarenta e cinco anos tem o desgaste físico de um trabalhador de sessenta e cinco. Esse envelhecimento acelerado é uma prova silenciosa de que a vulnerabilidade mata devagar, sem alarde, sem estatísticas, sem que ninguém chore.

A dimensão simbólica da vulnerabilidade é talvez a mais devastadora, porque é invisível e interiorizada. O catador é quotidianamente desumanizado por olhares, palavras e gestos. As pessoas olham para ele como se fosse um monstro – ou pior, nem olham, como se ele não existisse. Os insultos são quotidianos: "sujo", "porco", "nojento". As crianças atiram pedras e os pais não dizem nada. O mais dramático é que essa violência simbólica não fica na superfície. Ela entra no seu interior.

O catador começa a acreditar que merece o desprezo. "Sinto que não valho nada", "eles têm razão em me desprezar", "escondo dos vizinhos, digo que sou vendedora". A vergonha torna-se uma segunda pele. O catador aprende a andar de cabeça baixa, a evitar os olhares, a circular nas horas de menor movimento, a mentir sobre a sua profissão. A cidadania – o direito a ser tratado como pessoa – é-lhe negada sistematicamente, e ele próprio acaba por aceitar essa negação.

As relações sociais também são profundamente afectadas pela vulnerabilidade. A família pode ser um porto de abrigo – alguns entrevistados, sobretudo os mais jovens, vivem com os pais e recebem apoio emocional – mas pode também ser uma fonte de rejeição: "o meu pai diz que sou uma desgraça, nem quer sentar à mesa comigo". A vergonha da catação fractura laços que deveriam ser incondicionais. Nas relações conjugais, a vulnerabilidade assume uma dimensão de género específica. As mulheres catadoras

suportam o duplo fardo da catação e do trabalho doméstico não remunerado, além de enfrentarem assédio sexual – "os homens pensam que, porque sou catadora, estou disponível para tudo". Quando a mulher se torna a principal provedora, a masculinidade do parceiro é ferida, gerando tensões que podem evoluir para violência. As mulheres, como se viu, são as que mais frequentemente depositam a sua esperança nos filhos – "eu já não tenho futuro, mas os meus filhos vão estudar" – revelando um auto-apagamento que a sociedade naturaliza, mas que a sociologia não pode deixar de denunciar. Entre os próprios catadores, a competição por recursos escassos gera conflitos e violência. Os mais fracos – idosos, mulheres – são vítimas dos mais fortes. A solidariedade existe, como na cooperativa informal de um dos entrevistados, mas a escassez extrema tende a prevalecer sobre a cooperação.

A saúde mental dos catadores é, de longe, a dimensão mais negligenciada da sua vulnerabilidade. A ansiedade crónica é universal: a incerteza sobre o rendimento do dia seguinte, a imprevisibilidade dos preços, o medo da doença, o receio da violência. As insónias são generalizadas – "durmo três, quatro horas por noite, o cérebro não desliga". A depressão manifesta-se como apatia, perda de prazer, isolamento. Nos casos mais graves, a ideação suicida emerge – "já pensei em acabar com tudo, era professor, agora sou lixo". A ausência total de apoio psicológico – nem psicólogos comunitários, nem linhas de emergência, nem

grupos de ajuda mútua – agrava o sofrimento e aumenta o risco de morte autoinfligida. A desesperança aprendida – a crença de que nenhuma acção pode mudar a situação – é o culminar desse processo. O catador que se resigna já não luta, já não espera, já não sonha. É o triunfo da violência estrutural.

As aspirações de futuro dos catadores são o termómetro mais sensível da sua vulnerabilidade. Quanto mais funda a privação, mais reduzido é o horizonte. Os extractos das entrevistas revelaram um leque de projecções que vai da resignação total à esperança activa, passando pela revolta paralisada, pela esperança delegada nos filhos e pela esperança mágico-religiosa. A resignação fatalista é dominante entre os mais velhos, com mais de cinco anos de catação, baixa escolaridade e saúde debilitada. "Nasci pobre, vou morrer pobre e catando" – essa frase, dita com um tom de aceitação serena, é na verdade o grito mudo de quem já desistiu de lutar. A resignação tem uma função psicológica: protege contra a frustração de esperar o que nunca chega. Mas é também o sintoma de uma sociedade que não oferece alternativas.

A revolta sem saída caracteriza aqueles que identificam correctamente as causas estruturais da sua condição – a crise económica, o governo ausente, a falta de justiça social – mas se sentem impotentes para as transformar. "Tenho o décimo segundo ano e estou no lixo. A culpa é do sistema, mas o que é que eu posso fazer

sozinho?" Essa pergunta retórica resume a condição da classe em si, que ainda não se organizou como classe para si. A esperança delegada é a projecção predominante entre as mulheres com filhos pequenos. "Eu já não tenho futuro, mas os meus filhos vão estudar." Esse investimento no outro é, simultaneamente, uma estratégia de sobrevivência psicológica (permite suportar o presente) e um sintoma do auto-apagamento feminino (a mulher não se vê como sujeito do seu próprio futuro).

A esperança mágico-religiosa é o último reduto dos mais velhos e dos que têm maior pertença religiosa. "Eu rezo todos os dias, Deus vai prover." A religião funciona como suporte emocional – rezar alivia a ansiedade e dá sentido ao sofrimento – mas também como obstáculo à mobilização política. "Não tenho plano" – essa frase é a chave, sem planos terrenos, o milagre nunca chega. Finalmente, a esperança activa com projectos concretos é a projecção de uma minoria – jovens com alguma capacidade de poupança ou envolvidos em cooperativas informais. "Já juntei trinta mil kwanzas, vou comprar roupa em segunda mão e vender na feira." Esses casos são notáveis, porque mostram que a agência é possível mesmo na extrema pobreza. Mas são também frágeis – a poupança pode ser destruída por um imprevisto, a cooperativa pode ser desfeita por um conflito interno ou por acção fiscal. O que une todas essas projecções é a ausência de uma perspectiva institucional de mudança. Os catadores não acreditam que o governo ou as empresas

os vão ajudar. A esperança, quando existe, é individual, familiar ou divina – nunca colectiva ou institucional. Essa descrença não é infundada, é o corolário de décadas de abandono e de políticas públicas que nunca chegaram.

Perante esse diagnóstico sombrio, a conclusão de um livro como este não pode limitar-se a constatar o sofrimento. Terá de ousar extrair consequências. Terá de oferecer pistas – mesmo que incipientes, mesmo que provisórias – para a minimização da vulnerabilidade. As pistas que se seguem emergem das vozes dos catadores, da experiência comparada e da reflexão sociológica.

A primeira pista é o reconhecimento legal e a valorização simbólica do trabalho de reciclagem. Os catadores devem deixar de ser tratados como marginais e passar a ser vistos como trabalhadores ambientais que prestam um serviço essencial à cidade. Isso implica a criação de uma categoria profissional própria, com direitos associados: salário mínimo, equipamento de protecção individual, acesso à segurança social. Países como o Brasil já deram passos importantes nessa direcção, integrando os catadores nos sistemas municipais de gestão de resíduos sólidos. Angola pode e deve aprender com essas experiências, começando com projectos-piloto no Kilamba e noutras centralidades. Paralelamente, é urgente uma campanha de desestigmatização – nas escolas, nos meios de comunicação, nas igrejas – que mostre os catadores como agentes indispensáveis da economia circular e não como

“lixo humano”. O estigma não se desfaz apenas com leis, desfaz-se com educação e com representação mediática.

A segunda pista é a criação de um piso de protecção social para os trabalhadores informais. A maioria dos catadores está excluída do sistema de segurança social angolano, que foi desenhado para trabalhadores formais com vínculo contratual. É urgente alargar a proteção social a essa população, através de medidas como um subsídio de doença que permita ao catador parar sem perder a sua única fonte de rendimento, uma reforma mínima para os idosos que nunca descontaram, e um apoio à parentalidade que inclua creches comunitárias e um pequeno subsídio para as mães catadoras. O financiamento dessas medidas pode vir da reafectação de despesas públicas – reduzindo subsídios a empresas ou combatendo a corrupção – e da cooperação internacional, que tem demonstrado interesse em programas de protecção social adaptativa.

A terceira pista é o acesso universal e gratuito à saúde, com um enfoque ocupacional específico. Os catadores precisam de postos de saúde com horários alargados – madrugada e noite – para quem trabalha de madrugada. Precisam de isenção de taxas, porque pagar uma ficha é muitas vezes incompatível com a compra de pão para o dia. Precisam de unidades móveis de saúde que se desloquem às zonas de concentração de catadores, levando consultas, exames e medicamentos. Precisam de campanhas de vacinação específicas contra tétano, hepatite

B e tuberculose. Precisam de formação em primeiros socorros e de distribuição de kits básicos de protecção individual. A experiência de países como a Colômbia, com as suas unidades móveis de saúde para recicladores, oferece um modelo adaptável ao Kilamba.

A quarta pista é o investimento em microcrédito e formação profissional para a transição efectiva para outras actividades. A esperança activa dos catadores mais jovens merece ser apoiada. Linhas de microcrédito sem fiador, com juros baixos (subsidiados), com períodos de carência e com acompanhamento técnico podem transformar pequenos sonhos em negócios viáveis. Programas de formação profissional gratuitos, nas áreas com maior procura – electricidade, mecânica, costura, informática, pequeno comércio – devem ser oferecidos com subsídios de transporte e alimentação, para que os catadores possam frequentar os cursos sem perder o dia de trabalho. A criação de centros de triagem públicos, onde os catadores possam vender directamente à indústria de reciclagem, com balanças calibradas e preços tabelados, elimina os intermediários exploradores e aumenta significativamente o rendimento.

A quinta pista é o empoderamento colectivo através do apoio à organização em cooperativas e associações. A cooperativa informal de um dos entrevistados é um exemplo do que pode ser feito com poucos recursos e muita solidariedade. O Estado deveria simplificar o registo legal de cooperativas de catadores, isentá-las de taxas e

oferecer apoio jurídico. Deveria disponibilizar espaços de triagem – galpões, contentores, balanças – em regime de comodato. Deveria oferecer formação em gestão, marketing e segurança para os membros das cooperativas. Deveria, finalmente, estabelecer contratos públicos com cooperativas de catadores para a gestão dos resíduos sólidos no Kilamba e em Luanda. A organização colectiva não só aumenta o rendimento, como devolve dignidade e poder de negociação. Um catador organizado em cooperativa é um trabalhador com voz, não um indivíduo isolado e vulnerável.

A sexta e última pista é o investimento em investigação e monitorização participativa. A vulnerabilidade dos catadores é invisível, porque não há dados sistemáticos sobre as suas condições de vida, saúde e trabalho. Propõe-se um recenseamento participativo dos catadores do Kilamba, realizado em parceria com as suas associações. Propõe-se a criação de um observatório do trabalho informal no município, que monitore indicadores de vulnerabilidade e avalie o impacto das políticas públicas. Propõe-se o financiamento de investigação-acção que envolva os próprios catadores como co-investigadores, usando metodologias participativas. Dados são poder: sem visibilidade estatística, os catadores continuarão a ser ignorados pelos decisores políticos.

Essas seis pistas não são utopias. São medidas tecnicamente viáveis e financeiramente acessíveis – muito mais do que a construção de uma nova centralidade ou do

que outros projectos faraónicos que proliferam no discurso político. O que falta não é dinheiro nem know-how, é vontade política. É a coragem de olhar o catador nos olhos e dizer: "Tu existes, tu importas, tu és um trabalhador como outro qualquer".

Este livro termina, mas o trabalho continua. Fora das páginas, no Kilamba, há carrinhos de mão a serem empurrados, contentores a serem revirados, sucateiros a pesarem balanças adulteradas, mães a tirarem da sua própria fome para pagar a escola. Esses gestos quotidianos são a matéria de que é feita a vulnerabilidade – mas também a matéria de que pode ser feita a sua superação. A sociologia tem um papel a desempenhar: o de desocultar, o de explicar, o de denunciar. Mas a mudança real far-se-á na rua, nas assembleias, nos orçamentos do Estado.

Os catadores não nos pedem esmola. Pedem respeito. Pedem que o seu trabalho seja visto como trabalho. Pedem que os seus filhos possam estudar. Pedem que os seus corpos doam menos. Pedem que o futuro não seja apenas a repetição do presente. Pedem, em suma, cidadania.

Resta a esperança – não a esperança mágica de um milagre, mas a esperança crítica de que a consciência da injustiça pode gerar acção colectiva. Como disse um dos catadores, um jovem de vinte e oito anos com o décimo segundo ano feito, que abandonou o sonho de uma vida melhor para revirar o lixo: "A catação não é um trabalho. É uma prisão. E eu não vejo a chave." As pistas que deixámos

são os esboços dessa chave. Resta que alguém a fabrique e a entregue. E que, finalmente, os retratos da vulnerabilidade possam ser substituídos por retratos da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ANGOLA. Decreto Presidencial n.º 152/24 de 17 de julho. Fixa o Novo Salário Mínimo Nacional. Diário da República, Luanda, 2024.

Austin, J. L. (1962). How to do things with words. Oxford University Press.

Bandura, A. (1997). Selfefficacy: The exercise of control. Freeman.

Beck, U. (1986). Risikogesellschaft. Suhrkamp. (Obra original publicada em alemão; Tradução inglesa: Risk Society)

Bourdieu, P. (1980). Le sens pratique. Les Éditions de Minuit. (Obra original publicada em francês; Tradução portuguesa: O senso prático)

Bourdieu, P. (1980). Le sens pratique. Les Éditions de Minuit. (Obra original publicada em francês; Tradução portuguesa: O senso prático)

Bourdieu, P. (1997). Méditations pascaliennes. Seuil.

Bourdieu, P., & Passeron, J. C. (1970). La reproduction. Les Éditions de Minuit. (Obra original publicada em francês; Tradução portuguesa: A reprodução)

Burawoy, M. (1979). Manufacturing consent. University of Chicago Press.

Caldeira, T. P. R. (2000). Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. Editora 34/EDUSP.

Canguilhem, G. (1943). Le normal et le pathologique. Presses Universitaires de France.

Castel, R. (1995). Les métamorphoses de la question sociale. Fayard.

Castel, R. (1995). Les métamorphoses de la question sociale. Fayard.

Castel, R. (2010). As metamorfoses da questão social: Uma crónica do salário (Reimpressão). Vozes. (Obra original publicada em 1995)

Chant, S. (2006). Gender, generation and poverty. Edward Elgar.

Clarice, Z., & Filho, J. (2021). Factores determinantes do trabalho infantil no bairro da Paz. Em Acta da I Jornada Científico-Estudantil da Faculdade de Serviço Social. Morfema.

Coraggio, J. L. (2007). La economía social desde la periferia. Universidad Nacional de General Sarmiento (UNGS).

Davis, M. (2006). Planet of slums. Verso.

De Soto, H. (1989). The other path: The economic answer to terrorism. Basic Books.

Dejours, C. (1998). Souffrance en France. Seuil.

Douglas, M. (1966). Purity and danger: An analysis of concepts of pollution and taboo. Routledge.

Ehrenberg, A. (1998). La fatigue d'être soi. Odile Jacob.

Fanon, F. (1952). Peau noire, masques blancs. Seuil. (Obra original publicada em francês; Tradução portuguesa: Pele negra, máscaras brancas)

Farmer, P. (2006). AIDS and accusation. University of California Press.

Festinger, L. (1954). A theory of social comparison processes. Human Relations, 7(2), 117140.

Foucault, M. (1975). Surveiller et punir. Gallimard. (Obra original publicada em francês; Tradução portuguesa: Vigiar e punir)

Frankl, V. (1946). Man's search for meaning. Beacon Press.

Giddens, A. (1984). The constitution of society. Polity Press.

Goffman, E. (1963). Stigma: Notes on the management of spoiled identity. Prentice-Hall.

Illich, I. (1975). Medical nemesis. Calder & Boyars.

Le Breton, D. (1990). Anthropologie du corps et modernité. Presses Universitaires de France.

Lopes, C. (2014). Economia urbana e desenvolvimento sustentável em África. Mayamba Editora.

Lopes, C. (2021). África em transformação: Desenvolvimento econômico e governança. Almedina.

Marshall, T. H. (1950). Citizenship and social class. Cambridge University Press.

Marx, K. (1844). Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel. Em K. Marx, Obras escolhidas. Avante (Publicado em 1970).

Marx, K. (1852). O 18 Brumário de Luís Bonaparte. Em K. Marx, Obras escolhidas. Avante (Publicado em 1970).

Marx, K. (1996). O capital: Crítica da economia política (Livro I). Nova Cultural.

Mead, G. H. (1934). Mind, self and society. University of Chicago Press.

Meihy, J. C. S. B. (2006). Catadores de materiais recicláveis: Trabalho, memória e identidade. Editora UNESP.

Monteiro, C. A. (2001). Políticas públicas de combate ao trabalho infantil e transferência de rendimento familiar. Revista de Políticas Públicas, 5(2), 123–145.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). (2013). Tackling hazardous child labour in recycling.

Paugam, S. (2003). A desqualificação social: Ensaio sobre a pobreza urbana. Porto Editora.

Paugam, S. (Org.). (1996). L'exclusion: L'état des savoirs. La Découverte.

Putnam, R. (1993). Making democracy work: Civic traditions in modern Italy. Princeton University Press.

Rodrigues, C. U. (2006). O trabalho dignifica o homem: Estratégias de sobrevivência em Luanda. Edições Colibri.

Samba, S. J. (2018). Trabalho informal em Luanda: Luta e persistência dos jovens migrantes. Cortez Editora.

Santos, M. (1979). O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Francisco Alves.

Sassen, S. (2010). Sociologia da globalização. Editora Artmed.

Scott, J. (1985). Weapons of the weak. Yale University Press.

Sen, A. (1999). Development as freedom. Oxford University Press.

Sennett, R. (2006). The culture of the new capitalism. Yale University Press.

Sennett, R. (2006). The culture of the new capitalism. Yale University Press. (Obra original publicada em inglês; Tradução portuguesa: A cultura do novo capitalismo)

Singer, P. (2002). Introdução à economia solidária. Fundação Perseu Abramo.

Singui, O. A. G (2025) Migração e Trabalho informal em Luanda: o caso dos roboteiros. Periodicojs editora.

Singui, O. A. G. (2023). Jovens migrantes no mercado de trabalho informal em Luanda: O caso dos roboteiros [Tese de doutoramento, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. http://hdl.handle.net/10071/28804

UNESCO. (2015). Education for all 20002015: Achievements and challenges.

Verschuur, C. (2010). Genre, économie et développement. L'Harmattan.

Wacquant, L. (2004). Body and soul: Notebooks of an

apprentice boxer. Oxford University Press.

Wanderley, M. B. (2001). Refletindo sobre a noção de exclusão social. Em B. Sawaia (Org.), As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Vozes.

Weber, M. (1922). Wirtschaft und Gesellschaft. Mohr. (Obra original publicada em alemão; Tradução portuguesa: Economia e sociedade)

Xiberras, M. (1996). As teorias da exclusão social. Instituto Piaget.

AGRADECIMENTOS



À minha querida esposa, Marlene Pedro, e às minhas amadas filhas, Gabriela, Daniela, Graciela e Nataniela Singui, os grandes amores da minha vida, que iluminam os meus dias e dão propósito a cada um dos meus passos. Aos meus pais, António Ferreira Singui e Belita Gabriel, que foram a minha primeira escola e a fundação de tudo o que sou. Aos meus irmãos, Augusto Gabriel Singui e Salomão Afonso, ao meu tio Ricardo Gabriel Rodrigues, pelo porto seguro, pelo sangue que nos une e pelo apoio incondicional em todos os momentos, estendendo este carinho aos meus demais irmão e tios.

Aos meus estudantes, que transformam o meu acto de ensinar numa constante e enriquecedora aprendizagem.

Aos meus colegas de verdade, cuja lealdade, partilha e cumplicidade tornam a jornada profissional mais digna e inspiradora.

E, de forma muito especial, a todos os catadores do Kilamba, pela vossa resiliência invisível, dignidade diária e por lembrarem ao mundo o verdadeiro valor do trabalho e da sobrevivência.

Esta obra é vossa.

A presente obra convida-nos a olhar de perto uma das realidades mais complexas e desafiadoras das nossas cidades. Em 'Retratos da Vulnerabilidade dos Catadores', o autor mergulha no quotidiano daqueles que encontram na recolha de resíduos sólidos a sua única via de subsistência. Mais do que dados estatísticos, este livro humaniza a vivência dos catadores, expondo as suas dificuldades, os riscos diários a que estão sujeitos e a profunda exclusão social que enfrentam. Uma leitura essencial para sociólogos, estudantes e todos aqueles que pretendem compreender os mecanismos da informalidade urbana e as dinâmicas de sobrevivência na Angola contemporânea."

